

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
DIRETORIA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL

ANA CARLA ANDRADE TEIXEIRA

OLHARES E VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO
SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RACISMO NUMA ESCOLA
PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO

Recife

2023

ANA CARLA ANDRADE TEIXEIRA

**OLHARES E VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO
SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RACISMO NUMA ESCOLA
PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Fundação Joaquim Nabuco, na modalidade intervenção pedagógica, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Educação, Escola e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches

Recife
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco - Biblioteca)

T266o Teixeira, Ana Carla Andrade

Olhares e vivências dos estudantes do 2º ano do Ensino Médio sobre as relações étnico-raciais e racismo numa escola pública estadual de Pernambuco / Ana Carla Andrade Teixeira. - Recife: O Autor, 2023.

93 p.: il.

Orientador: Dra. Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches

Trabalho de conclusão de curso (Mestrado) – Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – ProfSocio, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2023

Inclui bibliografia

1. Sociologia, Ensino. 2. Racismo. I. Abranches, Ana de Fátima Pereira de Sousa, orient. II. Título

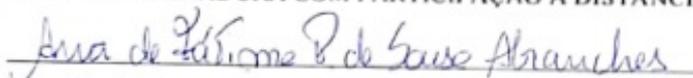
FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Carla Andrade Teixeira

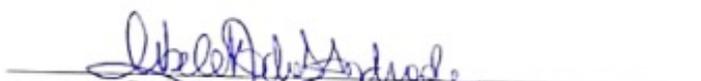
**Olhares e Vivências dos Estudantes do 2º Ano do Ensino Médio sobre as Relações
Étnico-Raciais e Racismo numa Escola Pública Estadual de Pernambuco**

Trabalho aprovado em 4 de setembro de 2023 em banca online.

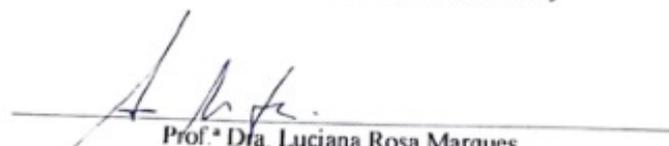
BANCA EXAMINADORA COM PARTICIPAÇÃO A DISTÂNCIA



Prof.ª Dra. Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches
Orientadora/Examinador Interno – ProfSocio/Fundaj



Prof.ª Dra. Cibele Barbosa da Silva Andrade
Examinadora Interna – ProfSocio/Fundaj



Prof.ª Dra. Luciana Rosa Marques
Examinadora Externa - UFPE

AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão a Deus por me conceder a força, a sabedoria e os conhecimentos necessários para iniciar e concluir este trabalho, que possui grande importância em minha vida pessoal e profissional. Quero também dedicar meus agradecimentos aos pilares fundamentais em minha jornada: meus filhos, João Vítor Teixeira e Matheus Teixeira, verdadeiras fontes de inspiração em minhas batalhas mais desafiadoras. À minha querida mãe, tão essencial em minha vida, Arlete Amaral, que compreendeu tão bem minhas ausências, oferecendo inabalável amor.

Agradeço a contribuição do meu companheiro de jornada, Elias Rodrigues, que generosamente compartilhou dicas preciosas. À minha nora, Myrela Almeida, que também se fez presente, colaborando com insights a partir de sua visão externa. Agradeço à minha orientadora Ana de Fátima Abranches, pela orientação valiosa, sua dedicação fez toda a diferença neste processo. À minha irmã, Cláudia Amaral e à minha amiga Cristiane Arruda, pelo incansável carinho e apoio. Por fim, expresso minha gratidão a todos os amigos que, mesmo sem saber, iluminaram meu caminho, oferecendo ajuda e indicando direções.

Cada um de vocês desempenhou um papel muito importante neste percurso, e por isso sou profundamente grata. Suas presenças em minha vida não apenas tornaram este projeto possível, mas também enriqueceram minha jornada de maneiras inestimáveis. Obrigado do fundo do meu coração por todo o apoio e amor demonstrados ao longo desta caminhada.

RESUMO

A Sociologia pode contribuir de forma exponencial para uma abordagem crítica acerca da diversidade étnico-racial no contexto sócio-histórico brasileiro, dando relevância ao estudo do racismo presente no espaço escolar. Neste trabalho, por meio de uma Intervenção Pedagógica, são apresentadas reflexões sobre como os estudantes do 2º ano do ensino médio percebem e vivenciam as relações étnico-raciais e o racismo na escola pública em que estudam. Para embasar esse debate, utilizamos como referências autores, como Almeida (2021), Fernandes (2008), Mantoan (2003), Santos (2022), Munanga (2005), Theodoro (2022), Freire (1996), entre outros, além das leis que regulam a educação no Brasil. A pesquisa foi conduzida com 23 alunos do ensino médio, pertencentes a uma escola pública estadual situada no município de Paulista, Pernambuco. Para a coleta de informações, empregou-se um questionário contendo questões fechadas e abertas, além de sessões de discussões em grupo, a fim de aprofundar as respostas obtidas. O objetivo era adquirir uma compreensão mais profunda sobre a percepção das relações étnico-raciais e racismo no contexto escolar, a partir da perspectiva e da vivência dos estudantes. Os dados obtidos revelaram que 34,8% dos estudantes já perceberam algum comportamento racista na escola. Em relação à autopercepção de atitudes racistas, a maioria (91,3%) afirmou não se considerar racista. Entretanto, durante as conversas em grupo, alguns reconheceram que, dado o contexto de viverem em um país estruturalmente racista, embora seja difícil admitir, também possuem atitudes racistas. No que diz respeito às contribuições do Ensino de Sociologia para abordar as questões do racismo na escola, acredita-se que essa análise poderá favorecer para que haja mais relevância ao estudo da temática, posto que existe uma lacuna neste sentido. A metodologia utilizada foi a Pesquisa-Ação Crítica (Franco, 2005) com o objetivo de analisar, compreender e interagir, por meio de uma abordagem participativa, nas dinâmicas étnico-raciais presentes no ambiente escolar, com a finalidade de fortalecer e promover mudanças nas práticas escolares.

Palavras-chave: Educação. Escola Pública. Desigualdade. Racismo. Ensino de Sociologia.

ABSTRACT

Sociology can contribute exponentially to a critical approach to ethnic-racial diversity in the Brazilian socio-historical context, giving relevance to the study of racism in the school environment. In this work, through a Pedagogical Intervention, reflections are presented on how 2nd-year high school students perceive and experience ethnic-racial relations and racism in the public school they attend. To support this debate, we reference authors such as Almeida (2021), Fernandes (2008), Mantoan (2003), Santos (2022), Munanga (2005), Theodoro (2022), Freire (1996), among others, in addition to the laws regulating education in Brazil. The research was conducted with 23 high school students from a state public school located in the municipality of Paulista, Pernambuco. For data collection, a questionnaire containing closed and open-ended questions was used, along with group discussion sessions to deepen the obtained responses. The objective was to acquire a deeper understanding of the perception of ethnic-racial relations and racism in the school context, from the perspective and experience of the students. The obtained data revealed that 34.8% of students have already perceived some racist behavior at school. Regarding self-perception of racist attitudes, the majority (91.3%) stated that they do not consider themselves racist. However, during group discussions, some admitted that, given the context of living in a structurally racist country, although difficult to admit, they also possess racist attitudes. Regarding the contributions of Sociology Education to addressing racism issues in schools, it is believed that this analysis could favor the relevance of studying the theme, as there is a gap in this regard. The methodology used was Critical Action Research (Franco, 2005) with the aim of analyzing, understanding, and interacting through a participatory approach in the ethnic-racial dynamics present in the school environment, intending to strengthen and promote changes in school practices.

Keywords: Education. Public School. Inequality. Racism. Sociology Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 - Matérias Jornalísticas sobre Casos de Racismo nas Escolas.....	13
Quadro 2 - Estado da Arte.....	16

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade dos Estudantes.....	37
Gráfico 2 - Cor e Raça.....	39
Gráfico 3 - Religiões.....	41
Gráfico 4 - Atividades de Lazer.....	43
Gráfico 5 - Cotas Raciais.....	45

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Aula 3 - 2022.....	54
Fotografia 2 - Aula 3 - 2022.....	54
Fotografia 3 - Aula 3 - 2022.....	54
Fotografia 4 - Aula 3 - 2022.....	54
Fotografia 5 - Aula 3 - 2022.....	55
Fotografia 6 - Aula 3 - 2022.....	55
Fotografia 7 - Aula 3 - 2022.....	55
Fotografia 8 - Aula 3 - 2022.....	55
Fotografia 9 - Aula 4 - 2022.....	59
Fotografia 10 - Aula 4 - 2022.....	59
Fotografia 11 - Aula 6 - 2022.....	65
Fotografia 12 - Aula 6 - 2022.....	65
Fotografia 13 - Aula 8 - 2022.....	69
Fotografia 14 - Aula 8 - 2022.....	69
Fotografia 15 - Aula 8 - 2022.....	69
Fotografia 16 - Aula 8 - 2022.....	69

Fotografia 17 - Aula 8 - 2022.....	69
Fotografia 18 - Aula 8 - 2022.....	69
Fotografia 19 - Aula 8 - 2022.....	70
Fotografia 20 - Aula 8 - 2022.....	70
Fotografia 21 - Aula 8 - 2022.....	70
Fotografia 22 - Aula 8 - 2022.....	70
Fotografia 23 - Aula 8 - 2022.....	70
Fotografia 24 - Aula 9 - 2022.....	74
Fotografia 25 - Aula 9 - 2022.....	74
Fotografia 26 - Aula 9 - 2022.....	74
Fotografia 27 - Aula 9 - 2022.....	74
Fotografia 28 - Aula 9 - 2022.....	75
Fotografia 29 - Aula 9 - 2022.....	75
Fotografia 30 - Aula 10 - 2022.....	77
Fotografia 31 - Aula 10 - 2022.....	77
Fotografia 32 - Aula 10 - 2022.....	77
Fotografia 33 - Aula 10 - 2022.....	77
Fotografia 34 - Aula 10 - 2022.....	78
Fotografia 35 - Aula 10 -2022.....	78
Fotografia 36 - Aula 10- 2022.....	78
Fotografia 37- Aula 10 -2022.....	78

SUMÁRIO

1 JUSTIFICATIVA	10
2 BREVE ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A TEMÁTICA	16
3 CONTEXTUALIZANDO O RACISMO NO BRASIL: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E MANIFESTAÇÕES DO RACISMO ESTRUTURAL NO ESPAÇO ESCOLAR	22
3.1 Escola e Racismo	25
4 PROBLEMAS ENFRENTADOS	28
5 METODOLOGIA	29
5.1 Sequência didática - Primeiro Momento	30
5.2 Sequência didática - Segundo Momento	31
6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	36
6.1 Perfil da Turma e primeiras impressões	36
6.2 A Escola e a Intervenção Pedagógica: vários movimentos.	47
6.3 Diversidade, Relações Étnico-Raciais e Racismo na Escola	49
6.4 Relações étnico-raciais no Brasil: racismo e a importância das políticas públicas de inclusão no combate à desigualdade racial.	50
6.5 Colonialismo, escravidão do negro, “abolição” da escravidão, exclusão do negro	54
6.6 Racismo Estrutural - Análise da Música e imagens do clip: Racismo é burrice (com Detonautas)	59
6.7 Racismo estrutural – Sob o olhar de Sílvio Almeida	61
6.8 Racismo e Encarceramento no Brasil	64
6.9 Oficina de Capoeira - origem, características e tipos	66
6.10 Reflexão/Discussão interdisciplinar sobre a semana da Consciência Negra no Brasil	70
6.11 Culminância – Exposição dos trabalhos construídos durante a Intervenção	74
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81
ANEXO	86

1 JUSTIFICATIVA

A aprendizagem escolar se dá por meio do estudo das disciplinas, convivências, interações com os colegas e participação em outros eventos. Frases como: “É o estudo que te faz crescer como pessoa e profissional!” “Estude para ser ‘alguém’ na vida...” “Estude para tornar-se um cidadão ou cidadã!” ou “É a escola que te ensina a viver...!” Fizeram e continuam fazendo parte das lembranças de muitos que hoje, adultos, ainda tentam compreender o significado do que é “ser profissional”, “te ensina a viver...”, e “tornar-se um cidadão ou cidadã”. Se entendermos exclusivamente a partir desses princípios, no espaço escolar transbordam diálogos, igualdade e inclusão, e as disciplinas estudadas conseguem promover o bem-estar, a qualidade de vida e a boa formação profissional dos estudantes. Será?

A escola, assim como outros grupos sociais, é um território de convivência entre pessoas com histórias de vida, visões de mundo e comportamentos diferenciados, para ela os jovens levam suas perspectivas e visões de mundo, mas, a escola não é sinônimo de liberdade ou igualdade. O sociólogo francês Pierre Bourdieu, dedicou-se ao estudo das desigualdades sociais e das estruturas de poder presentes na sociedade. Sobre a escola figurar-se como território de liberdade e/ou igualdade, Bourdieu apresentou várias observações críticas, entre elas a de que a escola não é um território neutro, pois ela, mesmo sendo pública, reproduz o pensamento da classe dominante e muitas vezes ajuda a manter as desigualdades que já existem na sociedade (Gonçalves; Furtado; Moura, 2019).

Durante o processo de campanha eleitoral para presidente do Brasil, em 2018, houve um aumento considerável de discursos de ódio e preconceitos circulando nos meios de comunicação e mais deliberadamente nas redes sociais. Na escola em que trabalho, durante as aulas e debates a respeito dos planos de governo dos candidatos à presidência, levantaram-se falas que tentavam justificar preconceitos étnico-raciais, de gênero, culturais, religiosos, sexuais etc. Todo o processo conflitante, desconfortável e até violento da eleição de 2018, influenciou e desestabilizou as relações entre os estudantes, entre os professores, e entre professores e estudantes. Estamos em 2022, mais um ano eleitoral, talvez tenhamos que conviver com problemas semelhantes. Dos conteúdos de Sociologia expostos e trabalhados, a temática **cidadania**, inclusão, senso comum, senso crítico, estranhamento e desnaturalização, perpassam todas as séries do ensino médio. Além das aulas expositivas, contêm leituras, escritas, debates, e por aí a aprendizagem acontece. Entretanto, faltam trabalhos mais instigantes e significativos, do ponto de vista da juventude. Sobre isso, Juarez Dayrell nos chama a atenção:

Aprender e compreender, seja na escola ou em outros lugares, precisa ter um sentido “existencial” para os jovens, pois, além da utilidade para a vida profissional, a percepção desse sentido agrega valores identitários que refletem em sua autoestima, especialmente nos meios populares, em razão das difíceis condições de sobrevivência. Isso implica estabelecer cada vez mais relações entre sua condição juvenil e o estatuto de aluno, tendo de definir a utilidade social dos seus estudos, o sentido das aprendizagens e, principalmente, seu projeto de futuro. (Dayrell, 2007, p. 1120).

Para Dayrell, a aprendizagem na escola ou em outros espaços de construção de conhecimentos, só assume um significado concreto, quando se estabelece uma relação com o que a juventude vive no seu cotidiano (Dayrell, 2007). Paulo Freire também nos chama a atenção para isso em seu livro *Pedagogia da Autonomia*: “Por que não estabelecer uma necessária ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” (Freire, 1996, p. 17). Podemos exemplificar muitas realidades do cotidiano juvenil: ausência de uma estrutura financeira, violência familiar, exclusão digital e preconceitos quanto à cor, gênero ou sexualidade. E essas realidades são levadas para as escolas todos os dias. Diversidade e respeito às diferenças são palavras muito faladas dentro das escolas, mas pouco vivenciadas, porque tratar das questões relacionadas à diversidade no ambiente escolar ainda é motivo para polêmicas, divergências e conflitos. Como estudar, analisar e propor soluções para problemas que são ignorados ou negados? No caso dos estudantes LGBTQIA+, por exemplo, ainda prevalece a visão de que eles é que devem se adaptar aos padrões considerados “normais”. Uma pesquisa realizada em 2009, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da USP, constatou que os negros e homossexuais estão entre os que mais sofrem bullying e discriminação no ambiente escolar (Brasil, Portal do Ministério da educação, FIPE, maio de, 2009).

Vejamos o que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) fala em seu texto a respeito do direito à igualdade e inclusão no espaço escolar:

Considerar que há juventudes implica organizar uma escola que acolha as diversidades, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos. E mais, que garanta aos estudantes ser protagonistas de seu próprio processo de escolarização, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, nesse sentido, assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu projeto de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos. (Brasil, 2018, p. 463).

Entretanto, a BNCC instituiu mudanças que abriram precedentes para a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(Lei 9394/96). A partir dessa reforma a disciplina de Sociologia deixa de existir nos 1º e 3º os anos do Ensino Médio, permanecendo apenas no 2º ano. De acordo com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), as novas coleções de livros didáticos deixam de ser por disciplinas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) e passam a ser por áreas de conhecimentos, ou seja, as disciplinas de Ciências Humanas e Sociais devem estar interligadas numa mesma coleção composta por seis livros didáticos que serão utilizados ao longo de todo o Ensino Médio, sem uma sequência ou identificação das disciplinas. Diante desse contexto faz-se pertinente ressaltar outro trecho da BNCC que ressalta a importância da inclusão, respeito e diversidade:

*Compreender que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas, e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;

*Promover o diálogo, o entendimento e a solução não violentam de conflitos, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou opostos;

*Combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença. (Brasil, 2018, p. 467).

Assim, a BNCC teoriza muito bem acerca das práticas inclusivas e respeito à diversidade, mas a Reforma do Ensino Médio, apesar da propaganda veiculada na TV e Internet (MEC 2021) contribui para que, na prática, ocorra um distanciamento entre juventude e educação que dê sentido à vida e valorize as diferenças. Se já existiam dificuldades para os professores de ciências sociais e humanas aprofundarem as leituras e debates acerca dos conteúdos, com o Novo Ensino Médio, aumentaram os desafios, pois, como está disposto na Lei 13.415, Art. 35-A, § 2º, de 16 de fevereiro de 2017: “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia” (Brasil, 2017). Portanto, segundo esta Lei, não há nenhuma obrigatoriedade de ensino de sociologia nos três anos do ensino médio. O que nos leva a interpretar que agora, com a diminuição da carga horária no Novo Ensino Médio, a disciplina de Sociologia poderá desaparecer dessa etapa de ensino, causando, tanto para as escolas e sua juventude, como para os professores de sociologia, grandes problemas para o exercício da docência, bem como retrocesso na formação dos estudantes.

Partindo destas reflexões, observa-se que temáticas como diversidade, desigualdade, racismo e políticas de inclusão são pautas necessárias e cotidianas que precisam ser trabalhadas com estudantes e professores na escola. A questão do preconceito contra negros é recorrente e não combatida nas escolas como realmente deveria ser. Uma série de matérias jornalísticas

recentes denunciaram diversos casos de racismo ocorridos não apenas no espaço escolar, mas no entorno da escola também ou em ambientes virtuais, como Instagram e grupos de WhatsApp, por exemplo. Os fatos ocorrem entre os alunos, mas também entre professores e alunos, alunos e coordenação, alunos e gestão, entre professores, professores e gestão etc. Segue o quadro abaixo destacando algumas situações de racismo na escola.

Quadro 1 - Matérias Jornalísticas sobre casos de Racismo nas Escolas

Matérias	Onde foi divulgada
“Aluna diz que foi vítima de racismo em escola estadual de SP”	G1 São Paulo, 25.03.2022 ¹
“Adolescente sofre racismo em grupo de WhatsApp de alunos de escola de B.H. Colegas de classe disseram que tinham ‘saudades de quando preto era só escravo’.”	BANDNEWS TV, 19.12.2021 ²
“Aluna de escola estadual é vítima de comentários racistas de professora”.	Apoie a ponte, 15.12.21 ³
“Estudante é vítima de racismo em troca de mensagens de alunos de escola particular da Zona Sul do Rio”.	G1 Rio de Janeiro, 20.05.2020 ⁴
“Escola é o ambiente onde pessoas negras são vítimas do racismo pela primeira vez - Da educação infantil ao ensino médio, casos de racismo se repetem diariamente”.	Folha de Pernambuco - Por Agência O Globo 22/03/22 ⁵
“Adolescente de 12 anos diz sofrer racismo em escola de MS: 'disseram que eu era macaco”.	Por Débora Ricalde e Osvaldo Nóbrega, g1 MS e TV Morena

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/03/25/aluna-diz-que-foi-vitima-de-racismo-em-escola-estadual-de-sp.ghtml>

² Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/adolescente-sofre-racismo-em-grupo-de-whatsappdealunos-de-escola-de-bh-16466739>

³ Disponível em: <https://ponte.org/aluna-de-escola-estadual-e-vitima-de-comentarios-racistas-de-professora/>

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/20/estudante-e-vitima-de-racismo-em-troca-de-mensagens-de-alunos-de-escola-particular-da-zona-sul-do-rio.ghtml>

⁵ Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/escola-e-o-ambiente-onde-pessoas-negras-saovitimasdo-racismo-pela/220409/>

	18/03/2023 ⁶
“Adolescentes denunciam preconceito racial dentro de escola estadual; caso de injúria qualificada é investigado”.	Por Ricardo Novelino, g1 PE 28/10/2022 ⁷
“Um em cada cinco professores negros diz já ter sofrido racismo na escola”.	Estado de Minas, 17/03/2023 ⁸
“Mãe diz que filho sofreu racismo em escola na Grande SP”.	Mathias Brotero Talita Amaral Giovanna Bronze da CNN Em São Paulo 29/03/2023 ⁹

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022/2023.

Estudar as posturas intolerantes e preconceituosas presentes na escola e de modo particular, o racismo, dando relevância à forma como os jovens observam e vivenciam isso, exige outras reflexões: a maioria desses jovens mora no mesmo bairro ou cidade? Professam a fé em alguma religião? Estão sempre juntos? Quais suas características e complexidades individuais? E os seus contextos familiares, como são/estão? Vivem num ambiente de preconceitos? Por quais meios são influenciados e influenciam? De que forma têm acesso, e como percebem à Internet e o que assistem? Como cada um se vê em relação a si mesmo, ao outro e ao meio onde vive? Quais suas perspectivas de vida? O que entendem sobre consumo, lazer, Fake News, política, classe e desigualdade social? De acordo com Maria Teresa Eglér Mantoan: “As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos” (Mantoan, 2003, p. 12).

No cotidiano da escola percebemos a força e concomitantemente a fragilidade das relações entre os jovens. No pátio e até mesmo na sala de aula, os vemos em grupos ou sozinhos, muitos com seus Smartphones, assistindo vídeos no Tik Tok, Instagram, ou jogando, talvez buscando novas sensações que atendam suas necessidades emocionais. Cabe perguntar

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/03/18/adolescente-de-12-anos-viraliza-ao-relatar-racismo-em-escola-de-ms-me-ofendeu-dizendo-que-eu-era-macaco-e-se-eu-queria-uma-banana.ghtml>

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/10/28/adolescentes-denunciam-preconceito-racial-dentro-de-escola-estadual-caso-de-injuria-qualificada-e-investigado.ghtml>

⁸ Disponível em: <https://www.em.com.br/app/colunistas/arthur-bugre/2023/03/17/noticia-arthur-bugre,1470092/um-em-cada-cinco-professores-negros-diz-ja-ter-sofrido-racismo-na-escola.shtml>

⁹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mae-diz-que-filho-sofreu-racismo-em-escola-na-grande-sp/>

novamente: como se relacionam com a Internet, consigo e com os outros? Sabem o que é desigualdade, preconceito, racismo? De acordo com Zigmund Bauman, dentre tantas coisas a modernidade nos apresentou a rapidez dos meios de comunicação e a mobilidade geográfica etc., mas trouxe uma gama de consumidores desenfreados, alienação, e uma falsa racionalidade, além do não comprometimento com as relações afetivas, fluidez e fragmentação da vida, indiferença e falta de conhecimentos sobre política e outros assuntos científicos. É o que Bauman chama de Modernidade líquida (Observatório..., 2016).

Portanto, partindo dessas inquietações, observações e análises e tendo como orientação e fundamentação teórica os autores de livros, artigos, dissertações e reportagens, leis e outros documentos que regem a legislação da educação brasileira, o objetivo do meu trabalho é desenvolver, a partir da disciplina de Sociologia, um Projeto de Intervenção que aborde os olhares e vivências dos estudantes do ensino médio a respeito das relações étnico-raciais e racismo numa escola pública Estadual de Pernambuco.

Hipótese

Apesar dos discursos sobre a valorização das diferenças e importância da educação inclusiva e respeito à diversidade, o racismo está presente no espaço escolar.

Objetivo Geral

Estimular a reflexão crítica sobre diversas identidades étnico-raciais e culturais, evoluindo para fomentar o respeito às diferenças em uma sociedade plural.

Objetivos Específicos

- a) Compreender o significado de diversidade na perspectiva do convívio em sociedade e grupos sociais;
- b) Compreender a importância e necessidades dos estudos acerca das relações étnico-raciais;
- c) Entender o que é racismo
- d) Desconstruir ideias e conceitos, baseados no senso comum, a respeito de raça;
- e) Fomentar a discussão, dentro do ambiente escolar, sobre racismo;
- f) Desnaturalizar o racismo;
- g) Desconstruir a ideia de democracia racial;
- h) Compreender o que é racismo estrutural.

2 BREVE ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A TEMÁTICA

Para o levantamento da produção científica a respeito das relações étnico-raciais e racismo no espaço escolar, recorri a repositórios como os portais periódicos EduCAPES, Unesp e Scielo, de dissertações, teses e artigos. Utilizei como descritores na pesquisa as palavras: diversidade, escola e racismo. Encontrei diversos trabalhos que evidenciam a preocupação de professores e pesquisadores em estudos referentes às relações étnico-raciais na escola.

Entre os trabalhos encontrados, escolhi para análise algumas dissertações e teses com títulos semelhantes ao meu objeto de pesquisa. A partir de agora irei comentar sobre as contribuições de cada uma dessas pesquisas e como elas me ajudaram no processo de construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Por meio do Repositório Institucional Unesp encontrei, uma tese de doutorado e duas dissertações; no portal Educapes, uma dissertação e no Portal Scielo, um artigo; todas entre os anos de 2010 e 2021.

Quadro 2 - Estado da Arte

Repositório	Título	Tipo	Autor(a)
Institucional Unesp	Contribuições do Ensino de Sociologia para as Questões da Diversidade na Escola Pública	Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.	Luciana Vasques Galdino
Institucional Unesp	Escola e questão racial: a avaliação dos estudantes.	Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. (2013)	Rutinéia Cristina Martins Silva
Repositório Institucional Unesp	A lei 10.639, o cotidiano escolar e as relações étnico raciais: um estudo de caso.	Dissertação Universidade Estadual Paulista - Instituto de Biociências de Rio Claro. (2010).	Davi Silvestre Fernandes Martins
eduCAPES	A construção da identidade negra na escola: dialogando com o ensino de sociologia.	Dissertação - Mestrado profissional - PROFSOCIO (2020)	Daniely Nascimento Marreira Dantas

SciELO	Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira.	Artigo. Formação e Trabalho Docente. Cadernos de Pesquisa, 51. (2020)	Gabriela Valente Adriana Santiago Rosa Dantas
--------	--	---	---

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022

Entre as pesquisas analisadas, percebemos o quanto o racismo é um fator preocupante na conjuntura educacional do Brasil, que apesar de multiétnico, apresenta graves problemas de desigualdade racial, racismo e exclusão da pessoa negra. As situações de racismo ocorrem nas relações familiares, ruas, supermercados, transportes públicos e acabam refletindo no interior da escola e em seu entorno.

As disciplinas de ciências sociais e humanas têm um papel por excelência em propor discussões sobre diversidade, direitos humanos, desigualdade racial, entre outros temas pertencentes à área. Foi neste sentido que Luciana Galdino (2020) na sua dissertação intitulada *Contribuições do Ensino de Sociologia para as Questões da Diversidade na Escola Pública*, desenvolveu seu trabalho. Seguindo a linha de pesquisa **Educação, Escola e Sociedade**, ela trouxe reflexões sobre como os professores de sociologia do Ensino Médio, podem, por meio dos conteúdos da disciplina e aporte teórico de autores, além das leis e normas que respaldam o direito à educação, inclusão, cidadania e diversidade, desenvolver estudos e projetos que contribuam para a análise das questões relacionadas à diversidade dentro do espaço escolar. Diante disso a autora observa:

Tornou-se um grande desafio para os professores trabalhar a diversidade no âmbito escolar, visto que as diferenças encontradas em sala de aula são inúmeras, por isso, a necessidade que esse tema seja discutido, visando contribuir com a produção de conhecimentos para a superação dos crescentes episódios de intolerância que acontecem em nossa sociedade (Galdino, 2020, p. 17).

De fato, a sociologia no ensino médio tem o papel fundamental não só nos estudos sobre as relações sociais como um todo, mas especialmente no trato da convivência com a diversidade, porque sem respeito às diferenças, a democracia e a justiça social não se sustentam. Por meio da sua pesquisa, Luciana Galdino não só constatou a importância da disciplina e dos professores de Sociologia no enfrentamento aos preconceitos e intolerâncias existentes na escola, como também as dificuldades enfrentadas pelos professores para abordar conteúdos e questões referentes à diversidade entre os humanos.

A coisificação do negro, originada no Brasil colonial, permaneceu mesmo após a abolição oficial da escravidão. Para o branco, o negro continuava um ser “não humano”, portanto merecedor apenas da exclusão e invisibilidade. É o que Rutinéia Silva (2013) pontua na sua tese de doutorado “Escola e questão racial: a avaliação dos estudantes”.

Assim, entende-se que duas questões são determinantes para a construção e fortalecimento do preconceito racial contra os negros, descendentes de africanos ex-escravizados: o passado colonial em que coisificados, viviam à margem dos processos sociais. Outro momento histórico relevante é o princípio do século XX, em que negros permanecem à margem, uma vez que, com o processo de abolição, não são reinseridos na sociedade, sendo substituídos por imigrantes de pele branca, escolhidos por representarem um ideal de branqueamento e desenvolvimento social semelhante aos países europeus. Ou seja, a exclusão e preconceito em relação ao negro é construída de maneira ideológica e prática, com sentimentos, valores, ideias e também ações (Silva, 2013, p. 25).

A ideia de inferiorização do negro seguiu ganhando espaço e o racismo continuou sendo justificado e naturalizado no Brasil, tanto por meio de falas, como de ações individuais e institucionais. Foram estas algumas das inquietações principais que mobilizaram Rutineia Silva (2013), a desenvolver sua tese, tendo como foco o preconceito racial dentro do ambiente escolar e a avaliação dos alunos do 6º ano do ensino fundamental a respeito da escola no trato dessa questão.

Os estudos sobre o tema contaram com os referenciais teóricos dos autores que abordam a condição social do negro após a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888. Assim, entre tantas questões, a autora analisa a forma como a pessoa negra foi incluída na legislação desse período, as lutas dos movimentos sociais existentes desde então em defesa do povo negro e a criação de políticas afirmativas, como a recente Lei 10.639/2003.

A partir do foco escola, ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e preconceitos raciais no espaço escolar, a autora desenvolve perguntas a serem aplicadas nas entrevistas com os alunos, professores e gestores. Por fim, após a pesquisa de campo baseada em documentos institucionais e propostas governamentais de ensino, ela analisa o trabalho dos professores no trato das questões raciais e a forma como os estudantes percebem esse trabalho.

Martins (2010), referenciado pela literatura especializada, nos chama a atenção para a indiferença da escola em relação ao racismo. Sua pesquisa desenvolve-se a partir das análises sobre essa questão e das mudanças ocasionadas pelas Leis nº10.639, que entrou em vigor em 2003 e nº 11.645, de 2008, tornando obrigatórias a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Indígena, respectivamente. Ele evidencia também o Parecer nº 3, de 10 de março de 2004, instituído pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e

para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Com isso, ampliaram-se as possibilidades de discussão e desnaturalização do racismo. Assim ele pontua:

Esta Lei propõe mudanças curriculares e institucionais dentro da escola, que vão muito além da pura e simples inserção de um conteúdo no currículo, ao ter como objetivo que os indivíduos questionem os mitos de superioridade branca e de inferioridade negra e indígena, neles introjetados pela cultura racista na qual foram socializados (Martins, 2010, p. 2).

Num contexto histórico permeado pela ausência de reflexões acerca da exclusão do povo negro e indígena, a criação de leis que tornam obrigatórios na escola a introdução do estudo das temáticas “Relações étnico-raciais” e “História e cultura afro-brasileira e indígena”, foi uma reviravolta. Contudo, segundo Martins (2010), faltam estudos mais precisos e específicos a respeito da repercussão da Lei nº 10.639, ou seja, qual foi o significado prático e os impactos dessa lei para o cotidiano de professores e estudantes? Este foi um dos principais focos de sua pesquisa.

A análise sobre as relações étnico-raciais e o racismo no ambiente escolar também foi o propósito dos estudos de Dantas (2020). Sua pesquisa desenvolveu-se em uma escola pública no interior do estado de São Paulo. Um estudo de caso e pesquisa-ação foram realizados a fim de se observar as relações sociais dentro do ambiente escolar e a forma como o racismo se manifesta entre os jovens. Os dados para a compreensão desse processo foram obtidos por meio de uma observação participante. Entre os referenciais teóricos relevantes utilizados pela autora, destacam-se Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga e Antônio Sergio Guimarães.

Somados aos referenciais teóricos e os dados obtidos por meio da pesquisa-ação, os conteúdos da disciplina de Sociologia relacionados às questões étnico-raciais foram essenciais para a elaboração do trabalho de pesquisa, pois com base neles, realizaram-se intervenções objetivando desconstruir e desnaturalizar posturas racistas entre os sujeitos do corpo escolar.

Sobre isso, Dantas (2020), pontua:

Além desse objetivo principal tínhamos como outros objetivos buscar meios para transpor as barreiras da discriminação que afetam tanto os estudantes negros em sua trajetória escolar e abrir precedentes para que os estudantes e professores compreendessem o quão danosas são as práticas racistas. Almejávamos explicitar as ligações entre o fenômeno racista no interior da escola e a hipótese da carência de intervenções necessárias e adequadas para a resolução do problema. Para tanto, demonstrou-se, dessa forma, fundamental o ensino de sociologia, pois essa disciplina em face às particularidades do objeto, aliada a outras ciências, possui especificidades ímpares para lidar com as demandas que nos foram apresentadas ao longo do trabalho (Dantas, 2020, p. 16).

Por ocorrer muitas vezes de forma velada e “silenciosa”, o racismo termina sendo banalizado e naturalizado. Os estudos sobre as relações sociais no interior de uma escola de São Paulo permitiram que a autora entendesse o quanto é imprescindível identificar como acontecem essas relações, de que forma o racismo está incutido nelas e a importância de se utilizar os meios adequados para desconstruí-lo. Para essas ações, a disciplina de Sociologia tem um papel indispensável.

O artigo “Práticas Docentes e Relações Étnico-Raciais: reflexos da sociedade brasileira”, escrito por Gabriela Valente e Adriana Dantas, analisa a existência da discriminação racial no espaço escolar, nos chamando a atenção para o fato de que a sociedade brasileira é estruturalmente escravocrata e racista, portanto, não por acaso o racismo é naturalizado nos espaços sociais. Um dos pontos centrais dos argumentos das autoras no que tange ao assunto, é:

Partimos do pressuposto de que o desafio do tema está atrelado à estrutura da própria sociedade brasileira, que tem resistido em discutir o racismo (Telles, 2003; Guimarães, 2009), o que se reflete, assim, no funcionamento da escola. Isso porque a discriminação racial é uma prática social que possui suas origens na história do Brasil escravocrata. Como reflexo dessa estrutura social, a presença da discriminação racial no espaço escolar se dá de forma insidiosa e muitas vezes naturalizada e/ou invisibilizada (Valente; Dantas, 2020, p. 3).

Por ser o espaço escolar um dos espaços sociais onde o racismo se manifesta, o artigo procura entender, a partir das entrevistas e narrativas dos próprios professores, as práticas dos mesmos no que se refere ao racismo, ou seja, como agem e quais providências tomam diante de situações de discriminação racial. A partir dos dados obtidos por meio das respostas, as autoras constatarem que os professores têm dificuldades em lidar com o racismo por não o perceberem como um problema que traz consequências danosas para a sociedade. Investir na formação do corpo docente, inserindo-os nas discussões a respeito do racismo estrutural, é um dos caminhos para perceberem o quão importante é discutir sobre o racismo e construir uma cultura antirracista na escola.

São muitos os trabalhos acadêmicos, principalmente preocupados em mostrar a importância de discutirmos as relações étnico-raciais e o racismo no ambiente escolar. Muitas dessas pesquisas surgiram das inquietações de professores que cotidianamente percebem que a escola é de fato um lugar onde os estudantes, professores e outros membros, reproduzem as atitudes racistas que aprendem em outros espaços de vivências, por considerá-las naturais e normais. São reflexões relevantes para reconhecermos que apesar da legislação educacional,

movimentos sociais e amparo da Constituição, o Brasil é um país estruturalmente racista, o que indica que o enfrentamento ao racismo deve ser contínuo, principalmente através da educação.

3 CONTEXTUALIZANDO O RACISMO NO BRASIL: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E MANIFESTAÇÕES DO RACISMO ESTRUTURAL NO ESPAÇO ESCOLAR

A chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500 foi, de veras, um tanto vantajosa para os mesmos, apesar de inicialmente não terem encontrado ouro, um dos elementos mais cobiçado do projeto mercantilista, depararam-se com a receptividade dos povos nativos e uma paisagem no mínimo paradisíaca e convidativa para um empreendimento comercial. Ávidos por lucros e “bem vestidos”, os portugueses sentiam-se o centro da verdade e do poder (Ribeiro, 1995). Com o passar dos dias, a convivência se tornaria bastante desvantajosa para os indígenas, que, convidados a serem guias na exploração do território e mão-de-obra para o trabalho de corte da madeira de pau-brasil, seriam obrigados a assimilar uma cultura completamente oposta à sua em todos os sentidos. Por aí tem início a escravidão, assassinatos e resistência dos povos indígenas do Brasil. A respeito disso, Darcy Ribeiro pontua:

Frente à invasão europeia, os índios defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver. Sobretudo depois de perderem as ilusões dos primeiros contatos pacíficos, quando perceberam que a submissão ao invasor representava sua desumanização como bestas de carga (Ribeiro, 1995, p. 49).

Mais adiante, com o progressivo domínio e fortalecimento da colonização portuguesa, serão implantados no Brasil o cultivo da cana-de-açúcar e o trabalho escravo de negros importados do continente africano por meio do tráfico internacional de negros para serem escravizados. No geral, as bases da colonização portuguesa no Brasil terão como foco o cultivo de produtos voltados para o mercado europeu e o trabalho escravo dos indígenas e dos negros, principalmente. A respeito disso, Dias (2018) esclarece:

É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira. (apud Prado Jr., 2011, p. 29).

Por quase quatro séculos a escravidão do negro esteve no núcleo de funcionamento da economia brasileira, produzindo a riqueza dos engenhos de cana - de - açúcar, extraindo o ouro das minas, plantando e colhendo o café, enfim. “A principal força de trabalho no Brasil colonial foi a do escravo, principalmente do negro africano, incorporado ao sistema produtivo mediante o emprego da violência” (Aquino, 2000, p. 121). Dessa forma, desde os primeiros tempos, a escravidão foi introduzida e aceita no Brasil como um sistema natural de funcionamento e

organização da sociedade (Souza, 2017). Paralelo à escravidão, as relações sociais estabelecidas durante o Brasil colonial reproduziram a ideia de superioridade do sexo masculino nas relações de poder. Nas questões políticas, culturais ou familiares, as decisões ou palavras finais deveriam partir sempre do senhor e chefe de família, fosse ele esposo ou marido, e assim o patriarcado segue adaptando-se à realidade brasileira e apropriando-se dos espaços disponíveis. Para além da perseguição e escravidão de indígenas e negros, o patriarcado naturalizava a opressão à mulher e exclusão de pessoas que porventura não se adequasse ao modelo considerado normal e correto (Scott, 2012). Entendia-se, assim, que a organização familiar deveria atender a pré-requisitos essenciais e básicos, entre eles a hegemonia masculina (Samara, 2002).

Em vista disso, constatamos que as desigualdades, sejam sociais, de gênero ou racial, sempre estiveram presentes na história do Brasil. Por serem escravocratas as estruturas que contribuíram para a formação do povo, cultura e instituições, a desigualdade racial e exclusão do povo negro incutiu-se na sociedade, perpassando de forma natural os pensamentos, olhares e ações das pessoas. É o que Sílvia Almeida chama de racismo estrutural:

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial, irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais (Almeida, 2019, p. 48).

A escravidão do negro foi oficialmente declarada extinta no Brasil em 13 de maio de 1888 (Lei nº 3.353, de 13 de Maio de 1888). Após a abolição, a população negra permaneceu à margem de políticas públicas que os tornariam cidadãos e permitiriam que, na prática, usufríssem os mesmos direitos e deveres das pessoas brancas pobres. A liberdade não ofereceu garantia alguma de acesso a estudo, emprego e moradia. Como descreve Fernandes:

O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (Fernandes, 2008, p. 29).

Segundo Santos (2000), no Brasil, as práticas racistas naturalizaram-se de tal forma que não estranhemos ver pessoas negras ocupando cargos considerados subalternos ou morando em lugares insalubres ou vítimas da violência policial. Em todos os sinais de trânsito que costumo parar, os pedintes ou vendedores de doces e salgados são negros ou pardos; os Garis que percorrem as ruas coletando o lixo e as empregadas domésticas são em sua maioria, negros(a) ou pardos(a); mas só ocorre o estranhamento quando brancos exercem as mesmas funções.

Revelam-se os incômodos quando pessoas negras conseguem estudar, conquistam uma profissão valorizada socialmente, frequentam bons restaurantes, viajam de avião ou vão morar em “bairros de brancos” ou bairros de brancos ricos. É sobre isso que Inaê Lopes nos chama a atenção ao afirmar que:

Afinal, temos visto que a história do racismo no Brasil no país está profundamente calcada na permanência de uma estrutura social, cultural e política que, de certa forma, limitou transformações de modo a permitir a manutenção da lógica discriminatória excludente do racismo. (Santos, 2022, p. 177-178)

Tendo como referência os estudos e análises dos autores apresentados até aqui, é possível concluir então que as relações étnico-raciais no Brasil não se encaminham respeitando valores éticos, com justiça social e respeito à diversidade humana, entre outros. Na verdade, sempre estiveram envoltas por ideias e atitudes de preconceito e discriminação que foram e seguem sendo naturalizadas nos dias atuais, apesar das leis antirracistas contidas na Constituição Federal (1988), lutas dos movimentos negros, discussões, Há muito ainda a se desconstruir quando o assunto é o racismo no Brasil.

As reflexões dos autores com os quais dialogamos a respeito das relações étnico-raciais no Brasil, divergem da ideologia da democracia racial, surgida dos estudos e perspectivas de mundo da época do escritor e sociólogo Gilberto Freyre, no livro “Casa Grande e Senzala”, escrito na década de 30. Os escritos de Freyre a respeito do processo de miscigenação entre europeus, indígenas e negros, trazem aspectos de romantismo, sugerindo que a escravidão foi algo bom para o negro, de modo que havia harmonia e até uma certa graça na convivência entre os senhores e os negros escravizados. Vejamos o que o próprio Freyre comenta acerca disso:

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhá que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolegando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrada. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo. (Freyre, 2003, p. 367).

É nesse contexto que “O mito da democracia racial” foi amplamente difundido no Brasil ao longo do século XX, por meio das instituições que regulam o funcionamento da sociedade, como o Estado, escolas e igrejas. Foi por esses meios que se difundiu também o discurso da meritocracia, que culpa o pobre e o negro e não a desigualdade racial e social, pela pobreza, falta de estudos, marginalidade, enfim. “No contexto brasileiro, o discurso da

meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial” (Almeida, 2019, p. 82).

Assim, por meio dos programas de rádio e tv, novelas, revistas, livros didáticos e outros veículos de propagação ideológica, o mito da democracia racial criou e permanece criando narrativas racistas, porém maquiadas por uma falsa aura de respeito, reconhecimento e valorização das diferenças. No entanto, como já foi dito aqui, a invisibilidade, o preconceito e a discriminação da pessoa negra, manifestam-se cotidianamente, ora de forma implícita, ora explícita, nas escolas, ruas, supermercados, shoppings, consultórios médicos, bairros da periferia e bairros ricos, brincadeiras de crianças, igrejas etc.

3.1 Escola e Racismo

Lembrando o que falamos desde o início, a escolha por estudar os olhares e vivências dos estudantes do Ensino Médio a respeito da diversidade, relações étnico-raciais e racismo na escola, partiu principalmente das minhas observações do cotidiano da escola em que trabalho e de outras escolas, no que diz respeito às falas preconceituosas e racistas de alguns componentes do corpo escolar, entre eles professores, gestão, funcionários e alunos; das poucas ou total ausência de discussões acerca da importância da diversidade, respeito às diferenças, pluralidade cultural e relações étnico - raciais.

Mais recentemente, ao analisar alguns livros didáticos de História e Sociologia, que são distribuídos na escola através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), percebi que, apesar das Leis nº10.639 (2003) e nº11.645 (2008), os conteúdos sobre colonização europeia, escravidão dos povos indígenas e negros, e gênero são tratados ainda de forma etnocêntrica, eurocêntrica, resumida e até um pouco folclórica. Os grupos vistos como subordinados na sociedade são representados nos livros didáticos de maneira estereotipada e caricatural. Kabengele Munanga também nos chama a atenção para isso:

Sem minimizar o impacto da situação socioeconômica dos pais dos alunos no processo de aprendizagem, deveríamos aceitar que a questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afrodescendentes, apagadas no sistema educativo baseado no modelo eurocêntrico, oferece parcialmente a explicação desse elevado índice de repetência e evasão escolares. Todos, ou pelo menos os educadores conscientes, sabem que a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do “Outro” e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana (Munanga, 2005, p. 16).

Ora, se o Brasil sustentou, durante quase 400 anos, um sistema escravocrata e patriarcal de produção econômica e relações sociais, sendo isto uma das explicações principais para a

existência do racismo, então é urgente e vital reconhecermos este fato e não o minimizar ou ignorá-lo, nem tampouco ficarmos num plano superficial de estudos, exercícios, trabalhos escolares ou projetos interdisciplinares. Sendo a escola um recorte da sociedade, é a partir dela que se deve abordar com profundidade esses assuntos, materializando em ações visíveis o debate sobre diversidade e questões raciais. Sendo assim, novamente trago as palavras de Munanga para ratificar meus questionamentos:

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados (Munanga, 2005, p. 17).

Relembrando: a escravidão de pessoas negras, o patriarcado e a negação da diversidade de povos e culturas foram naturalizados e justificados no Brasil por meio de instituições com forte poder de influência no imaginário social, sendo as principais o Estado e a Educação. Por isso os mitos de superioridade e inferioridade entre os humanos foram facilmente naturalizados se justificados, a ponto de não estranharmos e até compactuarmos com a exclusão de negros, indígenas, mulheres e grupos LGBTQIA+, dos espaços políticos, acadêmicos, artísticos etc.

Quando afirmamos que a escola realiza poucos trabalhos e discussões sobre diversidade e questões étnico-raciais, significa que ela assim o faz porque, na maior parte dos casos, é alheia à pluralidade de pessoas e povos no mundo e por consequência, no espaço escolar. Mas, mesmo alheia, reproduz a ideologia eurocêntrica e etnocêntrica. Em festas escolares alunos vestem-se “como indígenas” e falam sobre as “colaborações” culturais destes para a formação do povo brasileiro (Gomes, 1996, p. 171).

Explicando melhor, o dia 20 de novembro, por exemplo, instituído nacionalmente por meio da Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, deve ser vivenciado na educação, mas lembrando as raízes africanas e entendendo que os modos de ser e estar no mundo dos africanos escravizados foram reinventados aqui no Brasil, por força da necessidade de sobrevivência e resistência e não aleatoriamente.

Desse modo, os estudantes, orientados pelo professor, poderão participar de uma discussão crítica, desconstruir ideias caricatas, utilizar a imaginação sociológica, e perceber-se como indivíduo pertencente a um contexto político e cultural interligado a outros tempos, espaços e culturas (Mills, 1982, p. 11). Assim, reforçando a importância do estranhamento e

desnaturalização do preconceito, da discriminação e do racismo estrutural, e ao mesmo tempo potencializando a importância dos olhares e vivências dos estudantes do 2º ano do Ensino Médio sobre a diversidade dentro do espaço escolar, o Projeto de Intervenção será desenvolvido e posto em prática por meio das aulas de Sociologia, com o respaldo dos teóricos estudados e citados, da Lei nº 10.639/2003, do Parecer nº 3, de 10 de março de 2004, instituído pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), da Lei nº 11.645/2008, das finalidades do Ensino Médio na contemporaneidade (Brasil, 2018), das competências específicas e habilidades de ciências humanas e sociais aplicadas para o Ensino Médio (Brasil, 2018), das habilidades específicas do organizador curricular e objeto de conhecimento por bimestre, de Sociologia Ensino Médio, de acordo com o currículo de Pernambuco, entre outros.

4 PROBLEMAS ENFRENTADOS

A partir dos primeiros meses de 2020 o Brasil entrou em um ciclo de enfrentamento a uma doença planetária, a pandemia do coronavírus. Desde então, sob a orientação da Organização Mundial da Saúde - OMS, tivemos que nos afastar do convívio social e, obrigatoriamente nos adaptarmos a rotinas totalmente desconhecidas até aquele momento. Enquanto nos postos de saúde e hospitais multiplicavam-se os casos de pessoas contaminadas, aqui fora o sentimento era de incertezas, medo de perder a própria vida ou a de parentes, quebra de projetos pessoais e coletivos, adiamento de viagens e encontros em família, fechamento de escolas e universidades etc.

Durante todo o período das aulas remotas e mesmo após o retorno parcial, uma parcela considerável de alunos da escola em que trabalho teve pouco ou quase nenhum contato com os conteúdos das disciplinas. Alguns dos motivos que contribuíram para isso, foram: falta de acesso à Internet, telefones celulares, computadores, além da desmotivação para estudar. Ociosos e distantes da interação com os colegas e convívio escolar, muitos deles desenvolveram doenças como: ansiedade e depressão, que levaram a dificuldades de interação e convívio social.

Com o retorno das aulas presenciais, percebeu-se uma boa frequência dos estudantes, no entanto, a instabilidade emocional, apatia e comportamento indisciplinar, que talvez sejam consequências das mudanças ocasionadas pela pandemia, foram diariamente perceptíveis, seja na sala de aula ou no pátio da escola e há relatos e queixas dos próprios estudantes e pais, sobre as dificuldades que eles passaram nesse sentido.

5 METODOLOGIA

O Projeto de Intervenção Pedagógico (PIP) foi vivenciado em uma escola da rede pública estadual de Pernambuco pertencente à GRE Metropolitana Norte e os participantes da pesquisa foram os estudantes do 2º ano do Ensino Médio, com idade entre 16 e 19 anos. O estudo foi produzido com base em uma pesquisa-ação crítica com abordagem qualitativa. A pesquisa ação, como o próprio nome diz, está associada a uma ação que tem como interesse principal estudar, entender ou até mesmo tentar solucionar algum problema social. Portanto, para que isso aconteça deve existir uma interação constante entre todos os envolvidos no processo de pesquisa. De acordo com Franco: “A pesquisa-ação crítica considera a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador: a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação.” (Franco, 2005, p. 486).

Dessa forma, foi elaborada uma Intervenção Pedagógica no processo ensino-aprendizagem que atendesse a um aprofundamento maior nos estudos sobre as relações étnico-raciais e racismo na escola a partir dos olhares dos estudantes do 2º Ano do Ensino Médio. De acordo com a proposta metodológica da pesquisa-ação crítica, elaboramos uma sequência didática que foi dividida em dois momentos. **O primeiro momento** correspondeu a apresentação do tema, explicação sobre a importância da Intervenção Pedagógica (IP) e aplicação do questionário composto por 15 perguntas aos 23 estudantes do 2º ano do Ensino Médio, com o objetivo de diagnosticar a percepção deles acerca das relações étnico raciais no Brasil e na escola especialmente. Após a apresentação/diálogo sobre o tema e diagnose dos dados apresentados pelo questionário, foi organizado **o segundo momento**, que correspondeu ao desenvolvimento das aulas elaboradas a partir de uma sequência didática. Todos os encontros, dinâmicas e atividades tiveram como objetivo principal compreender os sentimentos, comportamentos, perspectivas e inquietações dos estudantes sobre relações étnico-raciais e racismo na escola em que estudam. **No terceiro momento** fizemos Rodas de Conversas com o objetivo de aprofundar as perguntas e respostas ao questionário aplicado no primeiro momento da Intervenção Pedagógica. Assim, a IP, pautada pela abordagem da pesquisa-ação crítica permitiu que construíssemos um conhecimento mais aprofundado sobre o tema em questão e os sujeitos pesquisados, entendendo que os indivíduos participantes não só responderam perguntas como também escutaram os colegas e se escutaram, com escutas e respostas nascidas dos seus entendimentos e perspectivas de vida, relações no ambiente escolar, com a família e outras instituições etc. (Godoy, 1995).

Por termos o objetivo de promover, através da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, o desenvolvimento de uma aprendizagem crítica e autônoma acerca do tema estudado, utilizamos, além da pesquisa ação-crítica, a orientação pedagógica histórico-crítica para a elaboração e execução do sequencial de aulas e culminância do projeto, porque “Ensinar não é apenas uma atividade técnica circunscrita na escola, mas é uma ação política que visa a transformação dos alunos. São processos de conflitos, de desestabilizações e de constrangimentos” (Silva, 2009, p. 20). Dentre os estudos dos conteúdos trabalhos individuais e em grupos e dinâmicas relacionados aos estudos das questões étnico-raciais, a maioria dos estudantes sentiu-se à vontade para participar e interagir, mesmo com as dificuldades em interpretação textual. Alguns poucos preferiram a introspecção ou o anonimato.

O desenvolvimento da Pesquisa Ação foi por meio de leituras, debates, pesquisas, análise de imagens fotográficas, filmes, clipes, gráficos e produção de textos. Os estudantes vivenciaram as atividades que foram organizadas em 10 (dez) aulas, apresentadas a seguir:

5.1 Sequência didática - Primeiro Momento

Para desenvolvermos a Sequência Didática, estabelecemos etapas que corresponderam aos objetivos da Intervenção Pedagógica. Assim as aulas foram organizadas buscando responder aos objetivos pretendidos.

Nesse contexto as aulas 1 e 2 foram elaboradas na perspectiva de promover as reflexões necessárias para atender os seguintes objetivos específicos:

- Compreender o significado de relações étnico-raciais e racismo na perspectiva da realidade brasileira;
- Entender a importância e necessidade dos estudos acerca das relações étnico-raciais e racismo no Brasil;
- Compreender que a escola, por ser um espaço social, reflete o racismo existente na sociedade brasileira;
- Compreender o significado e importância de se conviver em sociedade, respeitando as diferenças.

Tema das aulas 1 e 2: Diversidade, relações étnico-raciais e racismo na escola em que estudam.

Aula 01 - Exposição dialogada acerca do significado e importância do Projeto de Intervenção Pedagógica; diagnóstico sobre a temática.

Situação didática: Apresentação do tema do Projeto de Intervenção Pedagógica, chamando a atenção para a sua importância no contexto da história do povo brasileiro e as relações escravocratas construídas e consolidadas ao longo do Brasil colonial, mas que se perpetuam até os dias atuais.

Objetivo: Despertar o interesse em entender e questionar os problemas relacionados às questões étnico-raciais no cotidiano brasileiro, mas especificamente no espaço escolar; compreender o tema da I.P por meio de conversas, respostas às perguntas e interação com o grupo.

Atividade: Participação na conversa, interação com o tema da Intervenção Pedagógica.

Aula 2: Aplicação do Questionário intitulado: Relações étnico-raciais e racismo.

Situação Didática: Apresentação da proposta, conversa e respostas às dúvidas dos alunos sobre cada uma das perguntas do questionário.

Objetivo: Compreender e questionar os problemas relacionados às questões étnico-raciais no Brasil e cotidiano do espaço escolar.

Atividade: Responder o questionário.

5.2 Sequência didática - Segundo Momento

O segundo momento da sequência didática correspondeu às temáticas das aulas subsequentes ao primeiro momento. Estas, foram organizadas na perspectiva de responder aos seguintes objetivos específicos propostos para a intervenção pedagógica:

- 1) Entender o que é racismo;
- 2) Entender o que é democracia racial;
- 3) Desconstruir a ideia de que existe democracia racial no Brasil
- 4) Compreender o que é racismo estrutural;
- 5) Desconstruir ideias e conceitos, baseados no senso comum, a respeito de raça;
- 6) Fomentar a discussão, dentro do ambiente escolar, sobre racismo;
- 7) Desnaturalizar o racismo no ambiente escolar e na sociedade brasileira como um todo.

Aulas do segundo Momento da Intervenção Pedagógica

Temáticas:

- Relações étnico-raciais no Brasil: racismo e a importância das políticas públicas de inclusão no combate à desigualdade racial.
- Colonialismo, escravidão do negro, “abolição” da escravidão, exclusão do negro.
- As Origens: A Colonização Portuguesa e a Escravatura:
- Racismo Estrutural
- Racismo e encarceramento no Brasil
- Capoeira: origem, características e tipos.
- Trabalho interdisciplinar: Semana da Consciência Negra – Palestra, discussões e questionamentos acerca do significado da abolição da escravidão, relações étnico-raciais e racismo no Brasil atual.
- Culminância do Projeto de Intervenção Pedagógica: exposição e debate acerca das atividades e trabalhos produzidos durante a vigência do projeto.

Aula 3: Relações étnico-raciais no Brasil: racismo e a importância das políticas públicas de inclusão no combate à desigualdade racial. Roda de conversa com a professora convidada e especialista no tema, Graça Elenice dos Santos Braga.

Situação Didática: Diálogo, debates e atividades sobre as relações étnico-raciais no Brasil, racismo e a importância das políticas públicas de inclusão no combate à desigualdade racial.

Objetivo: Compreender e analisar criticamente aspectos relevantes no que diz respeito a história da escravidão do negro e das relações étnico-raciais no Brasil.

Atividade: Divisão da turma em pequenos grupos, elaboração e apresentação de cartazes com o título: Propostas para combater o racismo na escola. As propostas foram elaboradas e apresentadas.

- Aula 4:

Tema: Colonialismo, escravidão do negro, “abolição” da escravidão, exclusão do negro.

Situação didática: Abordagem acerca do significado de democracia racial e mito da democracia racial. “Leitura, reflexão, debate e atividade a partir dos textos: “**Da supremacia branca à democracia racial**” de Edward Telles”, “**O negro na emergência da sociedade de classes**”, de Florestan Fernandes e “**O golpe de 1964, o novo modelo econômico e a população negra**” de Lélia Gonzalez.

Objetivos: Compreender o contexto em que ocorreu o processo de escravização dos povos

africanos e entender criticamente a realidade do negro após a “abolição” da escravidão no Brasil em 13 de maio de 1888.

Atividades: A turma foi dividida em grupo de 6 a 7 alunos. Cada grupo ficou responsável por um texto e tendo-o como referência, elaborou e apresentou uma pequena “**peça teatral**”, representando situações cotidianas de racismo exclusão do negro dos espaços educacionais, do mercado de trabalho, da política e instituições religiosas.

Aula 5

Tema: Racismo Estrutural-Música:

Situação didática: Escuta, análise da letra e imagens do clipe da música “Racismo é Burrice” de Gabriel, o Pensador (Cantada pelos Detonautas).

Objetivos: Desconstruir discursos (oficiais ou implícitos) presentes nos meios midiáticos e nas falas de amigos e parentes, que discriminam pessoas negras, negam ou minimizam o racismo.

Atividade: No primeiro momento assistiram e observaram o videoclipe com a música e no segundo momento debateram sobre as construções imagéticas e narrativas constituídas a respeito da pessoa negra. Em folha de ofício reproduziram e comentaram os trechos da música que mais chamaram a atenção.

Aula 6 - Racismo Estrutural – Análise a partir das ideias de Sílvio Almeida

Situação didática: Explicação do conceito de racismo estrutural a partir do pensamento e escritos do autor Sílvio Almeida em seu livro Racismo Estrutural e vídeo do mesmo autor no Youtube

Objetivo: Entender o significado de racismo estrutural, desnaturalizar o racismo presente nas próprias atitudes, nos programas e comerciais de tv, nas novelas, comentários de pessoas públicas etc.

Aula 7

Tema: Racismo e encarceramento no Brasil

Situação didática: Leitura de um trecho do capítulo 12 (“**A carne mais barata do mercado é a carne negra**”) do livro Racismo Brasileiro, da autora Ynaê Lopes dos Santos. Assistir o vídeo Racismo e sistema prisional. Análise e reprodução dos dados do Anuário brasileiro de segurança pública/2020.

Objetivo: Estranhar e desnaturalizar o racismo presente no sistema judiciário e prisional brasileiro.

Atividade: A partir da leitura e análises, produzir um vídeo com no máximo 2 minutos exibindo as informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Aula 8:

Tema: Capoeira: origem, características e tipos.

Palestrante e oficinairo: Professor e coordenador do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), Pedro Castelo Branco Silveira

Situação didática: Exposição acerca do significado da capoeira, enfatizando sua importância histórica como instrumento de resistência à escravidão do negro. Roda de capoeira, onde o professor apresentou os instrumentos musicais e foi ensinando aos estudantes os significados das músicas e ritmos, ao mesmo tempo que chamava para a roda de dança e gingas. A atividade teve seu público ampliado com estudantes de outras turmas.

Objetivo: Desconstruir a imagem folclórica a respeito da capoeira e entendê-la em seu sentido histórico e cultural: elementos de luta e resistência do negro à escravidão e reinvenção da própria vida, individual e coletivamente.

Atividade: Participação e interação sobre a Capoeira, respondendo e realizando perguntas ao professor e dando sugestões como podemos enfrentar o racismo na escola.

Aula 9:

Tema: Semana da Consciência Negra: Reflexão/Discussão interdisciplinar sobre as relações étnico-raciais no Brasil.

Situação didática: Referenciados por textos e vídeos, os professores das disciplinas envolvidas no trabalho discutiram e realizaram atividades e apresentações com suas turmas, de acordo com os seguintes tópicos:

Objetivos: Entender o significado sócio-histórico do 20 de novembro - Dia da Consciência Negra e desconstruir significados folclóricos e caricatos acerca dessa data.

Atividade: Apresentação dos trabalhos sob a orientação dos professores, onde cada turma escolheu um tópico para, a partir dele, elaborar um trabalho para apresentação no dia da culminância.

Aula 10:

Tema: Culminância da sequência didática- Exposição dos trabalhos.

Situação didática: Apresentação e discussão sobre os trabalhos produzidos durante o percurso da sequência didática: cartazes, textos, falas, imagens, depoimentos sobre o que aprenderam ao estudar sobre racismo.

Local: A biblioteca foi o espaço de exposição e divulgação dos trabalhos realizados durante a Intervenção Pedagógica.

Atividade final: Diante dos seus trabalhos expostos no painel, os estudantes deram opiniões, discutiram o assunto, relataram seus depoimentos sobre o tema trabalhado.

6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

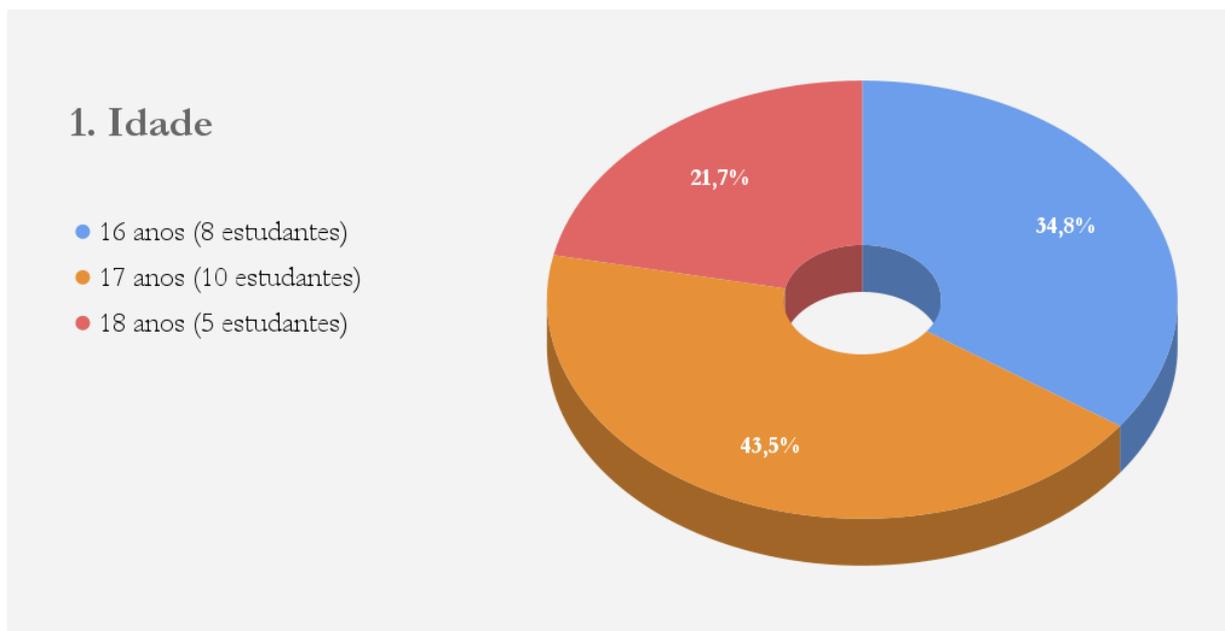
6.1 Perfil da Turma e primeiras impressões

A Intervenção Pedagógica foi realizada na turma do 2º Ano do Ensino Médio que é composta por 23 estudantes, sendo 12 do gênero masculino e 11 do gênero feminino. Entre as características principais, destacam-se por gostar de participar de atividades que envolvem, além da leitura de textos e escritas, interações por meio de diálogos, debates, e dinâmicas de grupo.

É pertinente ressaltar que de uma forma geral, apesar das dificuldades com leitura e interpretação de texto, que irei comentar mais adiante, houve disposição e interesse dos estudantes com os estudos e exercícios propostos, mas em algumas situações atentei para os olhares vagos, alheios e indiferentes. Contudo, o projeto foi realizado com a grande maioria dos/das estudantes, apresentando questões importantes que serão analisadas a cada temática vivenciada na sequência didática.

Com relação ao perfil dos/das estudantes, seus entendimentos sobre raça e racismo, apresentaremos alguns dados que foram coletados no início da intervenção (questionário) com objetivo de compreender a percepção a ideias e conceitos a respeito do racismo.

Gráfico 1 - Idade dos Estudantes



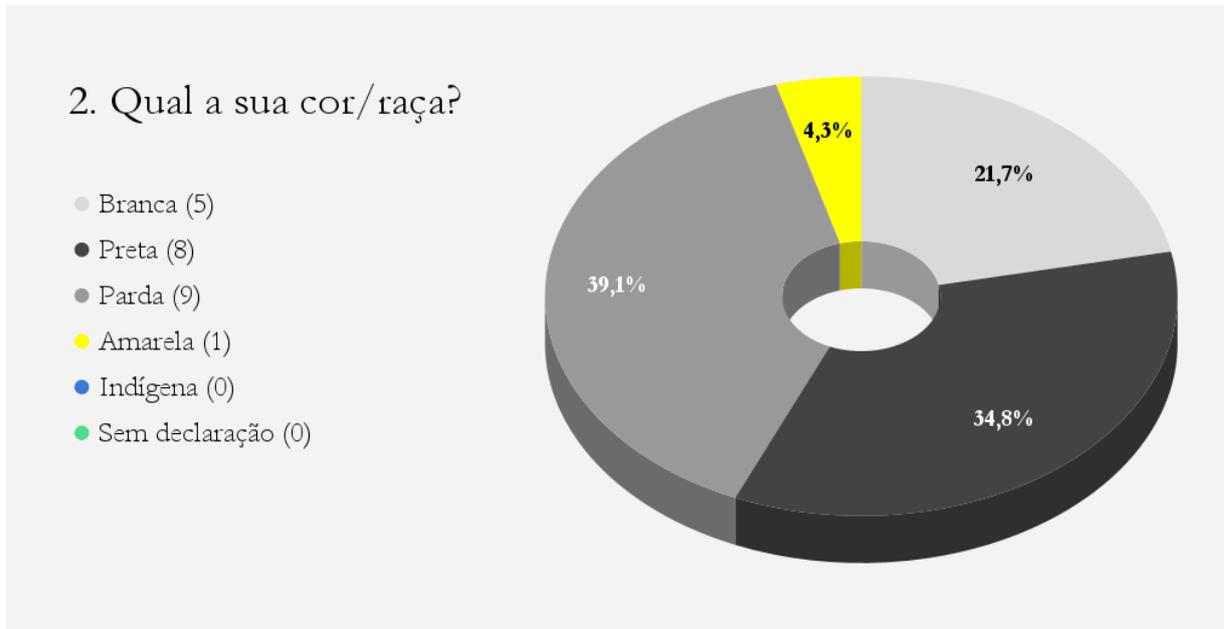
Fonte: Base de dados coletada pela autora 2022/2023

Observamos que 78% dos/das estudantes correspondem à idade/série, o que é louvável. Entretanto, não apresentam o nível de conhecimento esperado para uma turma de 2º ano do Ensino Médio. Ao iniciarem as aulas remotas nas escolas estaduais de Pernambuco, em março 2020 (G1 PE 17/03/2020), esses mesmos estudantes estavam em pleno início do 9º Ano do Ensino Fundamental, série que devem estudar e vivenciar conteúdos mais problematizadores (Um deles, o Trabalho de Conclusão do Ensino Fundamental – TCF). Como afirma a própria BNCC: “Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas” (Brasil, 2018, p. 60). Assim, não foi possível cumprir todos os objetivos pretendidos pela BNCC, pois durante o auge da pandemia, as aulas caminharam num modo um tanto limitado.

Ao conversar com os estudantes do 2º ano sobre as experiências durante o período sem aulas ou com aulas parcialmente presenciais, os mesmos destacaram o quanto foram prejudicados na aprendizagem dos conteúdos. Além do medo de conviver com o vírus, professores e estudantes enfrentaram problemas como: ausência de uma plataforma oficial de ensino à distância, falta de aparelhos de telefone ou notebook na própria residência, falta de espaços propícios para estudos. Todos esses fatores aprofundaram uma realidade que já existia relacionada à desmotivação para estudar.

A capacidade de analisar, ter argumentos mais embasados e construir opiniões próprias decorre da prática de leituras, realização de exercício, debate de ideias opostas. As aulas 100% presenciais foram retomadas nas escolas públicas de Pernambuco a partir de fevereiro de 2022, mas as escolas precisaram lidar a partir de então com o saldo negativo nas aprendizagens dos estudantes. Retomando o que falei inicialmente, mesmo com a maioria da turma correspondendo à idade/série, as dificuldades com leitura e interpretação influenciaram na compreensão de alguns aspectos dos conteúdos da IP, o que não impediu que eles se interessassem em participar, como irei descrever e analisar mais adiante.

Gráfico 2 - Cor e Raça



Fonte: Base de dados coletada pela autora 2022/2023

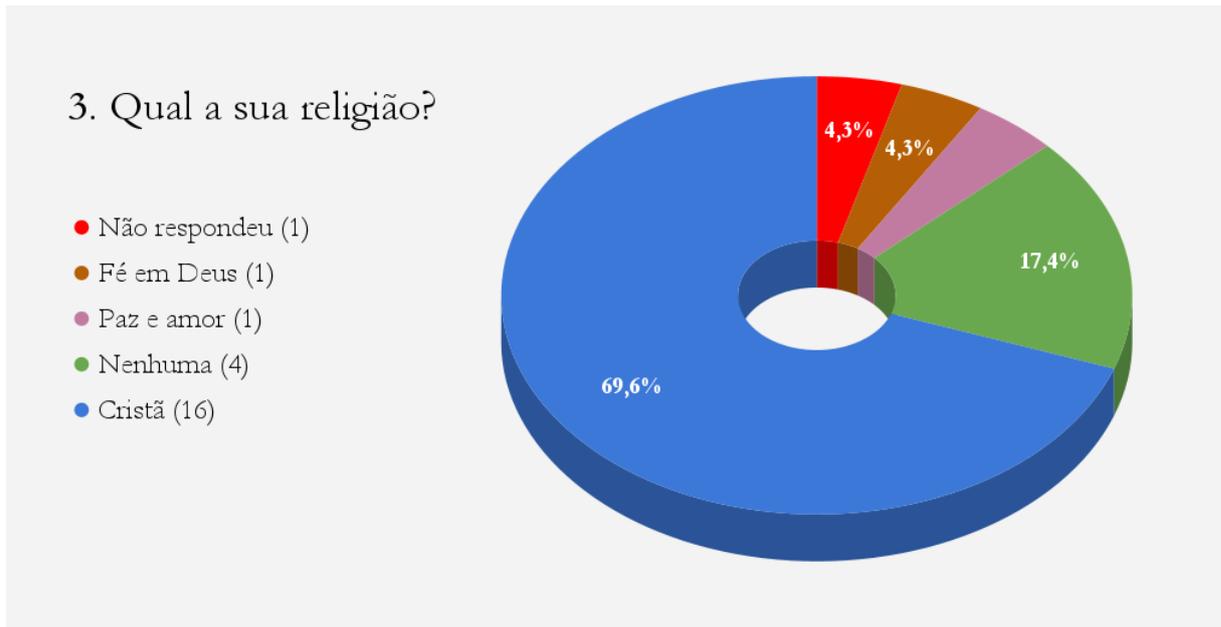
De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD Contínua) 2021, 43% dos brasileiros se declararam como brancos, 47,0% como pardos e 9,1% como pretos (IBGE, 2023). Além da cor preta, branca, amarela e indígena, a parda continua a figurar como uma das opções de autodeclaração de cor/raça na PNAD Contínua/IBGE. No entanto, quando se trata de um país com uma miscigenação forjada na escravidão de outros seres humanos, ainda existem muitas polêmicas em torno da autoidentificação de cor/raça.

No Brasil, reconhecer a própria identidade racial, quando a cor da pele não é branca, se constitui numa tarefa difícil, ainda há barreiras históricas, estigmas, preconceitos e discriminações que influenciam para que pessoas pretas ou pardas, não se reconheçam como tais. Além disso, a ideologia do branqueamento, transmitida por instituições como família, escola e meio de comunicação em geral, promovem a ideia de que ser branco é melhor que pertencer a outras raças e culturas (Gonzalez; Hasenbalg, 2022), o que muito contribui para que pessoas se autodeclarem brancas, mesmo sendo pardas, ou pardas, mesmo sendo pretas. Há muitos debates entre filósofos, historiadores, sociólogos, pesquisadores e integrantes de Movimentos Negros em torno de como as pessoas se identificam racialmente no Brasil e as implicações sociais e políticas dessa escolha. De acordo com a filósofa, escritora e ativista Sueli Carneiro, "O movimento negro instituiu que negro é igual à somatória de preto mais pardo. A minha geração fez essa engenharia política, e nós dissemos: tudo que estiver dito aí que é pardo e preto, para nós é negro", (Podcast Mano a Mano, do rapper Mano Brown/junho 2022). O

Estatuto da Igualdade Racial institui, no parágrafo IV que: “população negra é o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (Brasil, 2010). Logo, se considerarmos apenas o Estatuto da Igualdade Racial, quase a totalidade da população brasileira é composta por negros. Para fomentar ainda mais a discussão, cabe a pergunta: se muitos brasileiros têm a ancestralidade indígena, e cor parda, como se encaixar em apenas uma categoria racial? Digo, ao declarar-se preto, mesmo sendo pardo, ou, sendo indígena, declarar-se pardo, o indivíduo estaria negando sua ancestralidade indígena? sua identidade racial? Mediante tais dúvidas e polêmicas, creio que ainda há muito que se discutir e definir sobre autodeclaração de cor/raça no Brasil; uma vez que as respostas, sejam individuais ou coletivas, estão imbuídas por dúvidas, visões de mundo, perspectivas de vida, preconceitos, medos etc. Penso que nem sempre as respostas dadas ao IBGE, coadunam com o real sentimento ou autoimagem do entrevistado.

No que tange ao resultado da entrevista com a turma do 2º Ano, os dados mostram que 70% dos alunos entrevistados se reconhecem como pretos e pardos, e a maior parte deles apresenta o fenótipo correspondente a autodeclaração. Assim, uma parcela substancial reconheceu ter a cor preta ou parda, num país onde “o mundo branco é o paradigma” (Theodoro, 2022, p. 71). Contudo, os dados, por si só, não oferecem respostas suficientes sobre as vivências e olhares da turma acerca das questões raciais, não significa que eles entendem ou tem postura crítica necessária para questionar e analisar de maneira o contexto social no qual está inserido. Portanto, são necessárias análises, confrontos e comparações com as demais perguntas e respostas do questionário. As discussões geradas em torno desse tema só nos confirmam o quão prioritário é conversarmos de forma respeitosa sobre identidade racial no Brasil, principalmente nas escolas e outros espaços de educação.

Gráfico 3 - Religiões



Fonte: Base de dados coletada pela autora 2022/2023

Sendo essa questão de livre resposta, temos como resultado diferentes ideias sobre religião. Nas rodas de conversas, quis entender com mais profundidade o significado dos dados. Dos 23 estudantes, a maioria (16) professa a fé no cristianismo, sendo 7, protestantes, enquanto os demais (9), divididos entre simpatizantes do catolicismo, fé na vida, paz e amor e do protestantismo, com maior tendência para este último. Dentre os autodeclarados protestantes, 3 são praticantes, sendo um da Igreja do Evangelho Quadrangular; outro da Vida Nova, e o terceiro, de uma denominação pentecostal (não quis mencionar o nome específico). Entre os demais estudantes (7), 2 são umbandistas e 5 afirmam não ter religião.

Entre os estudantes que afirmaram não ter religião, alguns comentaram sentirem-se mais felizes assim, pois cresceram em um ambiente onde não necessariamente existia vínculo com uma instituição religiosa; outros, expressaram críticas e decepções por terem presenciado uma religiosidade tóxica, ou seja, religião sem prática do amor, da bondade, vivenciadas por pessoas da própria família. Assim, preferem não seguir uma religião, o que não significa não terem uma espiritualidade ou relação com o divino, assim afirmaram. Sobre os umbandistas, acho importante destinar uma atenção e análise mais profunda em torno do assunto. Penso que o número de estudantes adeptos de religiões de matriz africana seja maior do que o apresentado nas rodas de conversas. Pergunto: Será que entre os “sem religião” ou entre os evangélicos não praticantes, “escondem-se” os umbandistas, candomblecistas ou outras denominações religiosas não aceitas ou marginalizadas na sociedade? Não saberemos agora, talvez se

manifestem com o passar do tempo ou, faltará coragem para este ato, devido à intolerância religiosa que se manifesta com frequência. De acordo com os dados do Censo de 2010:

No Brasil, 64,6% da população era católica, seguidos de 22,2% de evangélicos. Assim como no mundo, o terceiro maior grupo no Brasil é representado por aqueles que não têm religião. Em seguida estão “outras religiões”, o espiritismo, a umbanda e o candomblé. (Politize, 2023)

O racismo religioso ocorre quando as pessoas são tratadas de forma desigual por serem praticantes de religiões de matriz africana. Cenas de desrespeito, perseguições e até destruição de espaços sagrados, acontecem corriqueiramente no Brasil desde que pessoas negras seguidoras de religiões de matriz africana passaram a manifestar publicamente a sua fé. Seguem algumas dessas situações:

Mãe de santo denuncia racismo religioso após cascas de banana serem jogadas em terreiro em Maceió. Ela alega que não foi a primeira vez que o terreiro foi alvo de ataque. Foi feito Boletim de Ocorrência e a OAB acompanha o caso.¹⁰

A delegada titular da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), Rita Salim, afirmou ao G1 nesta segunda-feira (1) que vai intimar o motorista de aplicativo acusado de praticar preconceito religioso contra uma família de Duque de Caxias. De acordo com a denúncia, o homem se recusou a levar duas mulheres e duas crianças porque elas estavam vestidas com roupas do candomblé (Nascimento, 2023).

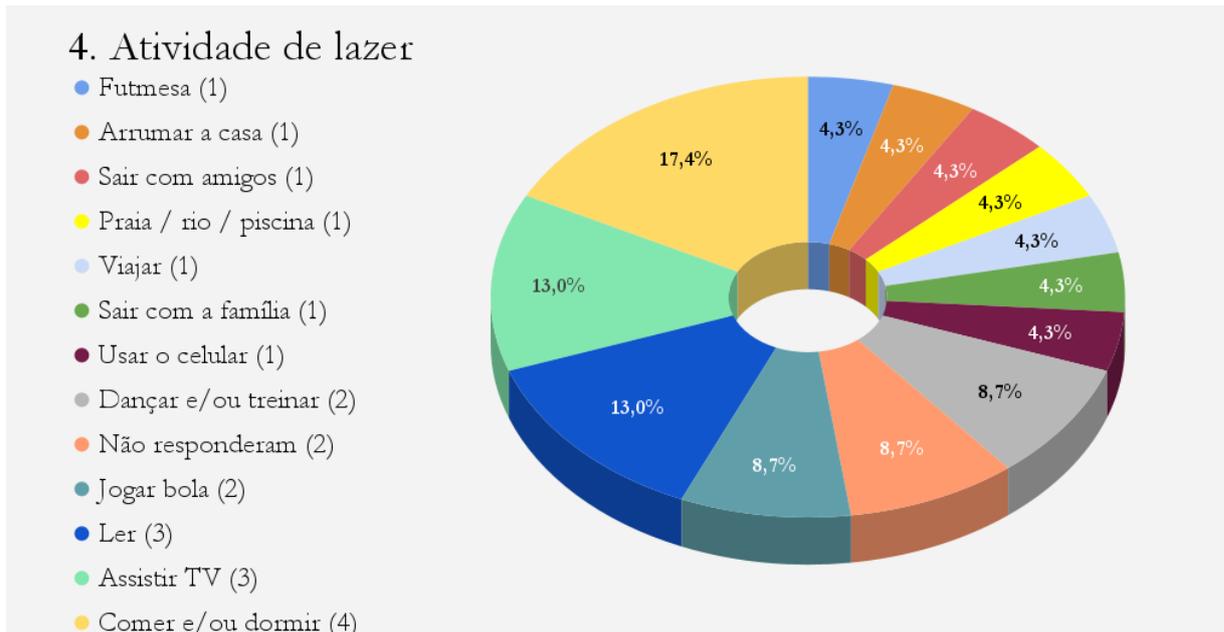
Professora denuncia intolerância religiosa após pregação de motorista em ônibus da Baixada Fluminense. A passageira, que usava roupas brancas e colares de candomblé, afirma que o funcionário pediu uma Bíblia a outro usuário da linha e fez uma 'leitura de salvação' sobre céu e inferno, olhando na direção dela.¹¹

A convivência entre as religiões nas escolas brasileiras é um tema relevante e, creio, sempre será objeto de discussão, ainda que sob diferentes contextos. Embora a legislação brasileira garanta, no artigo 5º da Constituição, a liberdade religiosa e a laicidade do Estado (Brasil, 1988), a prática de lidar com a diversidade religiosa no ambiente escolar ainda é um desafio, posto que as escolas permanecem disciplinando e reprimindo os corpos (Foucault 1995).

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/05/12/mae-de-santo-denuncia-racismo-religioso-apos-cascas-de-banana-serem-jogadas-em-terreiro-em-maceio.ghtml>

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/10/professora-denuncia-intolerancia-religiosa-apos-pregacao-de-motorista-em-onibus-da-baixada-fluminense.ghtml>

Gráfico 4 - Atividades de Lazer



Fonte: Base de dados coletada pela autora 2022/2023

É importante e necessário entender melhor os estudantes do ensino médio para que a educação se torne mais significativa, propositiva e de qualidade. Ao deparar-se com tal afirmação alguém, com razão, pode até questionar: “E não é importante entender a vida dos estudantes, desde a educação infantil até a vida acadêmica?” A resposta seria rápida e assertiva: Sim, é muito importante! Mas aqui interessa a juventude do ensino médio e suas formas de lazer, particularmente a turma do 2º ano do ensino médio de uma escola pública, localizada em Paulista-PE, cidade composta por 342.167 habitantes (População, 2023).

De acordo com os dados, as formas deles se divertirem são diversas, passando por comer e dormir a ficar no celular, dançar, ir à piscina e jogar bola. Estranhei quando apenas um estudante respondeu que gosta de ficar no celular, visto que os vejo constantemente com o dito objeto nas mãos. Ao conversarmos com mais proximidade (Rodas de Conversas) e informalmente a respeito do acesso às novas tecnologias e especificamente o uso do celular, a maioria confessou: “Que nada, professora! Todos nós aqui usamos o celular, uns passam muito tempo e outros menos tempo, mas na hora de responder o questionário, não tivemos coragem de assumir para não sermos...” completei a frase: julgados? “É... depois iriam ficar dizendo que a gente não quer estudar por causa do celular...”. Nesse momento abriu-se a possibilidade para que outras falas se manifestassem: “Não uso o celular apenas para olhar redes sociais, gosto de jogar, me divirto muito”! Aproveito e provoco: Então o celular serve apenas para diversão? O

que ele pode fazer de útil por suas vidas além de permitir que vocês se comuniquem com amigos, parentes e outras pessoas? As respostas vão surgindo:

“Ah, uso para trabalhar, entrego comidas!”

“Para pesquisar respostas de atividades...”

“Para fazer nada, só olhar os vídeos do Instagram, Tik Tok...”

“Gosto de assistir séries.”

“Divirto-me demais com os vídeos”.

Os provoco mais uma vez: E as notícias? Quais sites de notícias sobre a cidade, o estado e o Brasil vocês acessam?

“Ah, notícias não. Não tenho paciência. Pela tv é melhor.”

“Assisto sim, mas não lembro agora.”

“Não assisto nenhuma página, não tenho paciência”

“Sigo uma página de notícia, sempre me informo”.

“Não tenho paciência, mas assisto um pouco de jornal na tv.”

“Difícilmente assisto jornal”.

Em resumo, como forma de lazer, a maioria confirmou que o celular é uma ferramenta constante em suas vidas, principalmente para acessar plataformas digitais; se confiáveis ou não, não foi possível saber. Estudos realizados recentemente pela McAfee e publicado pela revista *Exame*, confirmam que a “taxa de uso de uso de celular entre pré-adolescentes e adolescentes no Brasil chega aos incríveis 96%, bem acima da média global” (*Exame* - Allan Gavioli, 13.05.22). São dados alarmantes e preocupantes, haja visto que já existem pesquisas científicas que confirmam a relação entre uso excessivo de redes sociais e desenvolvimento de quadro de ansiedade e depressão entre jovens adolescentes.

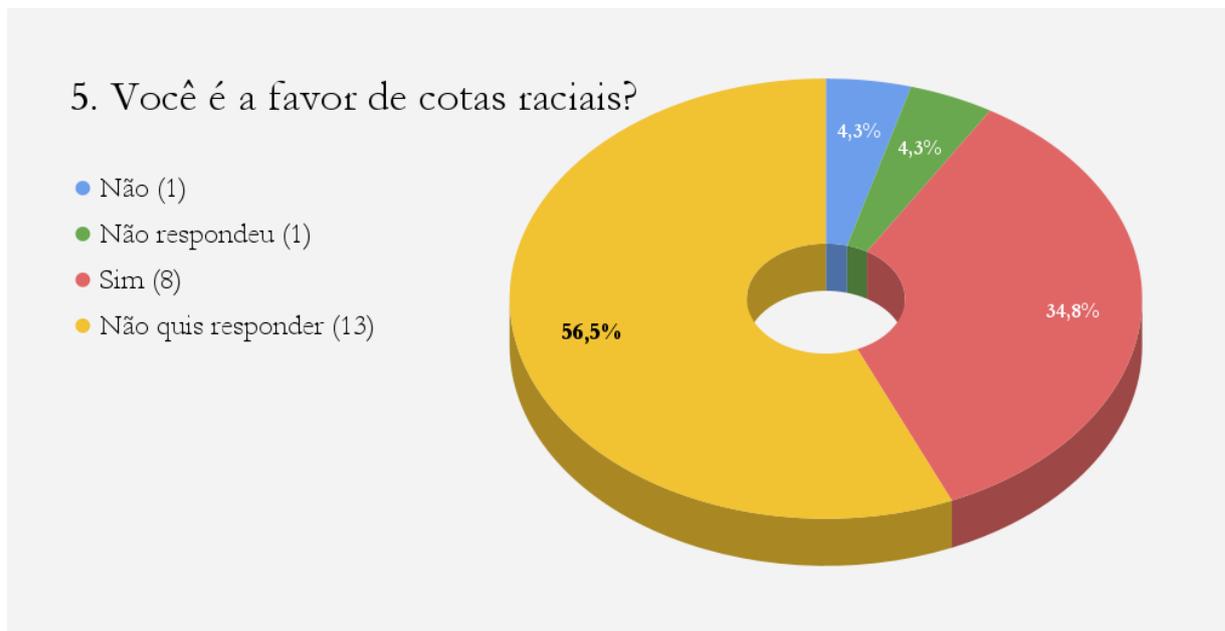
Quanto às outras formas de diversão respondidas no questionário, não são reais? Não foram sinceras? Sim, foram. Nos momentos em que não estão com o celular os estudantes jogam bola, vão à praça do bairro, à piscina, dormem e jogam dominó. Durante a atividade de rodas de conversas fui informada também que o tempo deles não se resume apenas a frequentar a escola e ao lazer, alguns fazem cursos técnicos, outros exercem trabalhos informais como entregadores de água, alimentos, e outros, são menores aprendizes em empresas.

A escola pública não tem a função principal de oferecer diversão aos estudantes, na verdade nenhuma escola tem, mas pode muito contribuir para que a vida dos mesmos se torne mais divertida ou prazerosa. Quando a escola se interessa em compreender os meios pelos quais os jovens obtêm suas formas de lazer, abre-se a possibilidade de gestores, equipe pedagógica e

professores, conhecerem mais as necessidades desses jovens, como enxergam a vida e a si mesmos, suas dificuldades, preconceitos sofridos, praticados e exclusões, e assim poderem planejar um ambiente educacional com foco numa aprendizagem mais motivadora. Sobre isso é pertinente ressaltar o que afirma Juarez Dayrel: “O jovem que chega às escolas públicas, na sua diversidade, apresenta características, práticas sociais e um universo simbólico próprio, que o diferencia e muito das gerações anteriores. Mas, quem é ele? Quais as dimensões constitutivas dessa condição juvenil?” (Dayrel, 2007, p. 1107).

Presenciamos na escola e sala de aula as limitações de acesso a recursos que alunos do ensino médio enfrentam em seus cotidianos. Entretanto, é dentro dessa realidade que devemos reconhecer e apreciar as diferentes habilidades e maneiras de ver o mundo que esses jovens vivem. Portanto, entender melhor os estudantes do ensino médio da região metropolitana de Recife, considerando, entre tantas dimensões, suas formas de lazer, nos permite adotar uma abordagem educacional mais funcional, inclusiva e eficaz.

Gráfico 5 - Cotas Raciais



Fonte: Base de dados coletada pela autora 2022/2023

Essa questão gerou diversas dúvidas, tendo em vista que a maior parte da turma não conhecia este termo, melhor dizendo, nunca tinham escutado falar em cotas raciais. Saber, já inicialmente, da falta de letramento dos estudantes acerca desse assunto e outros relacionados às questões étnico-raciais, foi elementar para que as aulas e os conteúdos seguintes fossem aplicados e estudados com mais cuidado e atenção. Sancionada em 29 de agosto de 2012, a lei

12.711/2012 (Lei de Cotas), obriga as instituições federais a considerar os dados do IBGE no que se refere ao percentual de indígenas, negros e pardos do Estado onde localiza-se a universidade ou o instituto federal, e assim disponibilizar as vagas seguindo os critérios previstos na lei.

Entender o que são cotas raciais pode ser difícil para os estudantes e a falta de compreensão não está relacionada à incapacidade cognitiva ou intelectual. Durante as aulas de sociologia nem sempre esses termos são explicados de forma correta e detalhada, ademais não são apenas explicações ou pequenos exercícios e debates que esclarecem assuntos tão complexos do ponto de vista social, político e econômico. De acordo com os dados, 8 estudantes foram favoráveis, 1 não respondeu, 1 foi contra e 13 não quiseram responder. O fato de 13 estudantes optarem por não querer responder me chamou bastante atenção. Ora, se ao aplicar o questionário, expliquei com detalhes o funcionamento da lei de cotas raciais e a maioria afirmou ter entendido, por que o percentual dos que não quiseram responder foi tão alto? Será que não entenderam? Ou por terem entendido foi mais prático não querer responder? Como disse há pouco, quando se trata de assuntos pontuais e mais complexos, explicações ou pequenos exercícios em sala de aula não são suficientes para que os estudantes compreendam com mais precisão. Mediante os dados, tivemos uma discussão aberta sobre o assunto.

Iniciei recordando quando surgiu a lei de cotas raciais, reforçando seu propósito, asseverando que as cotas raciais são importantes porque ajudam a garantir que pessoas, grupos étnicos e classes sociais que foram historicamente discriminados, tenham também acesso a oportunidades educacionais e profissionais. Destaquei que a Lei 12.711 engloba cotas sociais e raciais. As cotas sociais preocupam-se com o hoje dos estudantes que, mesmo não sendo pretos ou indígenas, são prejudicados no acesso aos cursos técnicos ou universidades públicas, pois chegam em condições sociais diferentes para disputar as mesmas vagas. Sem as cotas, os estudantes que terminam o ensino médio numa escola pública acabam não tendo condições de competir nas mesmas condições de quem estudou num colégio privado. Quanto às cotas raciais, há toda uma questão histórica, da injustiça e exclusão herdadas do período escravagista brasileiro. Para a lei de cotas raciais levou-se em consideração a exclusão do negro dos espaços de educação regidos pelo governo, ao longo da história do Brasil, (Santos, 2022) e a expulsão de sua terra e moradia (Lei 601 de 1850: Lei de terras), etc. Assim, a maior parte das desigualdades de hoje foram herdadas do período colonial, e se perpetuaram durante o período monárquico e Primeira República (1899-1930), de forma que começaram a serem atenuadas a partir de 1930 quando, Getúlio Vargas, ao seu modo, cria uma política educacional nacional (Theodoro, 2022). As cotas representam uma política de inclusão responsável por promover a

igualdade e a justiça social. No entanto, algumas ou muitas pessoas tendem a vê-las como injustas para os que não são beneficiados por elas. É importante entender que as cotas raciais não são uma forma de discriminação com pessoas brancas, mas sim uma maneira de corrigir as desigualdades históricas, haja visto que:

Até meados do século XVIII, a educação no Brasil era fortemente marcada pela ação da Igreja católica, principalmente das missões jesuíticas. Estas atuavam em duas linhas: na instrução elementar para os filhos dos portugueses pobres e os indígenas e, de outro lado, a formação dos filhos das elites (dos bem nascidos e dos senhores de engenho). Em 1759, Portugal rompeu relações com os jesuítas, que foram expulsos do Brasil, e a formação educacional passou a ser preocupação direta do Estado. Mas, a despeito das novas normas criadas pelo marquês de Pombal, baseadas na criação das escolas régias, o ensino manteve-se restrito a grupos reduzidos, e houve um forte retrocesso na educação dos indígenas com a saída da ordem religiosa. Para negros e negras, no entanto, pouco mudou. Sua escolarização seguiu praticamente inexistente. (Theodoro, 2022, p. 173-174).

À medida que seguíamos com a conversa e explicações, incentivei os estudantes a exporem suas opiniões, comentar as dúvidas, enfim, falar o que de fato pensavam acerca da lei. Dentre os que se posicionaram a favor das cotas, uma estudante comenta: “Achei muito bom entender isso, já tinha escutado falar, mas não entendia “nadinha, professora”; agora entendo e posso até usar para o meu bem (a meu favor)”. Outro aluno diz: “Sinceramente, acho muito bom, mas é preciso que tenha uma fiscalização, porque tem pessoas que agem com desonestidade, dizendo que são pretas, pardas ou indígenas, mas não são”. Um terceiro estudante ressalta: “Acho que as pessoas têm que competir de forma igual”! E outra diz: “Verdade, cada pessoa tem que se esforçar pra conseguir!”. Como o debate acirrou-se entre opiniões contra e a favor, compreendi que o percentual de estudantes contra era um pouco maior que 4,3%. Diante dessa constatação, solicitei que os estudantes a favor das cotas, tendo como referência tudo que já foi lido e discutido a respeito, argumentassem com os demais, valorizando a importância e necessidade das discussões, mas entendendo e respeitando que cada pessoa tem o direito a ter sua própria opinião. Finalizamos o debate, certos de que o tema em questão não se esgotou, mas contribui para que os interlocutores argumentem com mais propriedade às suas ideias e opiniões diante de assuntos com relevante teor social, como a Lei de cotas raciais.

Para entender melhor as cotas raciais, os estudantes precisam de incentivos, por meio das aulas de sociologia, buscando informações em diferentes fontes, tendo discussões abertas sobre o assunto. É importante que eles nos escutem e que sejam escutados. Com esforço e diálogo, os estudantes podem desenvolver uma compreensão mais clara sobre as cotas raciais

e contribuir para um debate significativo sobre igualdade e justiça. Ao discutir de forma crítica, na escola, os estudantes têm a oportunidade de compartilhar ideias, aprender com diferentes perspectivas e questionar preconceitos. Isso cria um ambiente de aprendizado onde todos são valorizados.

6.2 A Escola e a Intervenção Pedagógica: vários movimentos.

Por estar ciente, com antecedência, de todo o processo da intervenção Pedagógica, a equipe gestora mostrou-se receptiva, disponibilizando materiais pedagógicos e lanche especial para os convidados: os ministrantes das rodas de conversas e oficina e a equipe responsável pela fotografia e filmagem. Contamos com o apoio do SocioLab Fundaj que é um laboratório de pesquisa e extensão do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e com o multiHlab – Laboratório Multiusuários em Humanidades(Fundaj) que apoia a inserção de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação em pesquisas e ações realizadas pelos estudantes dos mestrados da Fundaj e escolas das redes– O multiHlab proporcionou total apoio nas atividades com os professores convidados: Graça Elenice dos Santos Braga e Pedro Castelo Branco Silveira, fazendo o registro e disponibilizando todo material(fotos e vídeos) para análise.

Observamos que apesar de alguns avanços observados desde a implementação das Leis nº 10.639/2003, 11.645/2008 e 12.288/2010, existem lacunas nos estudos e discussões sobre as relações étnico-raciais e racismo no espaço escolar. As redes de ensino precisam investir mais em formações continuadas específicas sobre as leis em destaque, para promover maior conhecimento e engajamento dos professores nas temáticas. Apesar de estarmos tratando aqui especificamente dos olhares e vivências de uma turma do Ensino Médio acerca das relações étnico-raciais e racismo na escola, o espaço escolar é resultado de todos que nele convivem. Reproduzimos ou recriamos na escola aquilo que construímos como indivíduo, como profissional.

Além do preconceito racial, visões estereotipadas voltadas para o estudante negro e racismo incutidos no olhar e transformado em ação, faltam formações, recursos e materiais adequados na escola, falta uma rotina pedagógica incentivadora. A Professora Dra Patrícia Rufino e o Professor Drº Gustavo Forde, convidados e entrevistados do programa Temas em Educação, ao serem questionados sobre como a escola tem tratado o assunto racismo, foram enfáticos em suas falas:

O que queremos no material didático é que o negro se veja em outros lugares, fora os palcos da escravidão, porque no Brasil foram construídas imagens que colocam o africano como aqueles que apenas produziram comidas e se sobressaíram na parte estética. Que nós possamos entender a formação do povo brasileiro de forma mais justa, a partir também das suas próprias narrativas, já que crianças brancas tem as narrativas a seu favor. Os professores necessitam de um preparo específico para pensar os diálogos sobre racismo na escola, portanto os cursos de formação e capacitação devem agir nesse sentido. (Programa Temas em Educação – Relações Étnico Raciais e a Educação. 20.11.2017).

A maioria da população, somando pardos e pretos, é composta por negros (PNAD Contínua 2021). Porém, não é suficiente apenas entender que existe o racismo ou se indignar por alguns momentos ao se depararem com cenas cotidianas de racismo explícito ou implícito. É necessário um novo tipo de educação, uma educação voltada para as relações étnico-raciais. Sobre isso, a pesquisadora e pedagoga Verônica Moraes Ferreira, pontua:

A Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (CMR), que aconteceu em Durban, na África do Sul, em 2001, orientou os Estados na direção da importância do compromisso na luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata; da necessidade da implementação de programas culturais e educacionais que incluam componentes antidiscriminatórios e antirracistas; da importância da realização de campanhas públicas de informação; da busca por promover programas de educação em direitos humanos para todos os níveis de ensino; do cuidado com a produção de material didático e programas de educação pública formal e informal que promovam a diversidade cultural e religiosa; da implementação de políticas de promoção da igualdade e oportunidades. (Ferreira, 2019, p. 95).

Na escola onde realizamos a Intervenção Pedagógica, a pedagoga que exerce a função de apoio pedagógico para Educação Especial, no turno da tarde, expressou o desejo de participar de algumas aulas do PIP. Se fez presente em alguns dos encontros, deu opiniões e ideias. Creio que o fato de se reconhecer como preta e atuante em religião de matriz africana, além de afeita à literatura afro-brasileira¹² foi um combustível para que a profissional se identificasse com o tema.

Assim, a primeira aula do PIP ocorreu no dia 20 de setembro e a última em 10 de novembro de 2022, com algumas interrupções, devido aos feriados e atividades internas já previstas no calendário oficial da Secretaria de Educação de Pernambuco.

6.3 Diversidade, Relações Étnico-Raciais e Racismo na Escola

¹² Denominada de literatura negra ou afro-brasileira, essa expressão literária constitui-se como “um sistema de obras, autores e leitores articulados em torno de uma problemática, um imaginário povoado de construções, imagens, figuras ressoando o drama épico do negro brasileiro” (Ianni, 1988, p. 91) e se faz “presente nos tempos e espaços históricos de nossa constituição enquanto povo”, sendo múltipla e diversificada (Duarte, 2008, p. 01) (<https://www.escrevendoofuturo.org.br/blog/literatura-em-movimento/literatura-afro-brasileira>).

- Exposição acerca do tema, significado e importância do Projeto de Intervenção Pedagógica

Na primeira aula, a maioria dos estudantes estava presente na sala, o que me deixou bastante entusiasmada. Iniciei apresentando o tema do PIP, as razões e necessidade de estudarmos as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil e no espaço escolar, especialmente, e a importância sociológica do trabalho. Relembrei que a Sociologia, antes de ser disciplina escolar, é uma ciência social, e como tal exige um rigor científico, ou seja, fundamentação em teóricos que se debruçaram (debruçam) a estudar, pesquisar e entender o funcionamento dos sistemas sociais, e não através de opiniões ou notícias falsas.

- Aplicação do questionário

Na segunda aula expliquei o questionário intitulado: Relações étnico raciais e racismo. Enquanto seguia a explicação foi relevante pausar algumas vezes para conversar sobre as dúvidas, concordâncias ou discordâncias a respeito do tema tratado, ouvir e dar opiniões etc. A principal dúvida foi a respeito da política de inclusão social denominada cotas raciais. A maioria dos estudantes relatou que até aquele momento nunca tinham escutado falar a respeito, tampouco entendiam o significado e importância social dessa política de inclusão racial. Escrevi no quadro o significado da Lei de Cotas Raciais: Cotas Raciais consiste na prática de reservar uma parte de vagas do ensino público ou de trabalho para indivíduos de um mesmo grupo étnico desfavorecido (Bezerra, 2023), ressaltando que a mesma surgiu na necessidade de reparar ou compensar a desigualdade racial vivenciada por descendentes de povos que foram escravizados e marginalizados ao longo de toda a história do Brasil: africanos e indígenas.

Continuando a explicação, evidenciei que a Lei 12.711, ou seja, a Lei de Cotas (Brasil 2012), está garantida na Constituição Federal (Brasil, 1988), no artigo 1º:

As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (Brasil, 2012).

E no artigo 3º:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a

instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016). (Brasil, 2012).

Dados os esclarecimentos sobre a Lei de Cotas Raciais, continuamos com a leitura do questionário, em seguida todos (presentes) responderam às perguntas. Os demais (não presentes) responderam nas aulas seguintes. O questionário aplicado no início da intervenção teve como objetivo fazer uma avaliação diagnóstica da turma sobre a temática.

6.4 Relações étnico-raciais no Brasil: racismo e a importância das políticas públicas de inclusão no combate à desigualdade racial.

Iniciamos a terceira aula da intervenção com 18 alunos na sala. Compareceram para a roda de conversa, além da professora Graça Elenice dos Santos Braga, a professora (orientadora) Ana de Fátima P. de Sousa Abranches, equipe de filmagem multiHlab da Fundação Joaquim Nabuco e a professora do apoio pedagógico para alunos especiais. Organizei todo o material pedagógico a ser utilizado e seguimos para a sala de aula onde corriqueiramente os estudantes do 2º ano assistem às aulas todas as tardes.

Enfatizei inicialmente o propósito do trabalho de intervenção pedagógica e fazendo uma retrospectiva das situações didáticas vivenciadas anteriormente. Em seguida, apresentei a equipe convidada e responsável por filmar e fotografar a roda de conversa e atividades; a professora e orientadora Ana Sousa Abranches e a coordenadora da roda de conversa, professora Graça Elenice dos Santos Braga. Solicitei que a professora assumisse o direcionamento da aula, e de acordo com o planejado, iniciasse a abordagem do conteúdo. A professora fez o convite para que cada um apresentasse o próprio nome e logo após evidenciasse uma referência humana que se tornou inspiração para a própria vida, conquistas e lutas diárias. Todos os alunos falaram, sendo perceptível o quanto a turma entusiasmou-se com este momento inicial de descontração. Acredito que a escuta dos nossos próprios sentimentos e o dos outros que caminham conosco, nos faz entender que não estamos sozinhos no mundo, que temos o direito e poder de compartilhar histórias e afetos, revigorar a vida, enfim.

Concluída a dinâmica na primeira parte do encontro, a professora inicia a exposição do assunto, abordando o processo histórico de colonização europeia sobre o Brasil e organizando com folhas de ofício dispostas no chão, uma linha do tempo destacando anos e períodos históricos decisivos na história do Brasil, desde a chegada e início da colonização portuguesa, domínio e escravização dos povos indígenas e africanos, como funcionou a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885) na prática, o processo de resistências, conflitos e lutas abolicionistas que levou a abolição da escravidão do negro no Brasil e a situação do negro após

a abolição oficial da escravidão no Brasil, em 13 de Maio de 1888. Entre os principais pontos do terceiro momento do encontro, os estudantes são convidados a refletir sobre os direitos e deveres dos cidadãos na Constituição brasileira de 1988, ressaltando que o título I da Constituição: Dos Princípios Fundamentais, garante-nos direitos indispensáveis como: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, garantia de liberdade, justiça, igualdade etc. (Brasil 1988).

E assim, dialogando e instigando nos estudantes o interesse em escutar e questionar o conteúdo abordado e contextualizado, a professora evidencia que desde a abolição da escravidão até os dias atuais, permaneceram o racismo, a exclusão, as lutas, conflitos e resistências do povo negro, contudo houve avanços nas pautas de lutas por direitos. Sobressaem-se nesse caso, os anos entre 2003 e 2015, onde as pautas antirracistas receberam maior atenção e ações dos governos desse período. Entre as ações citadas pela Professora Graça, sobressaíram-se a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e o Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010). No entanto, segundo a Profa. Graça Elenice dos Santos Braga, apesar dos avanços ocorridos, permanece a desigualdade racial, o racismo que diariamente ocorre nas escolas, grupo de zap de alunos, lojas, ruas etc. Isso significa que quando o assunto é racismo, as lutas, estudos e discussões por igualdade racial não se esgotam. O resultado dessas lutas aparece quando se constroem políticas públicas de inclusão das pessoas negras que vivem nas periferias e são as maiores vítimas de assassinatos; quando deputados estaduais e federais criam projetos de leis antirracistas; quando as escolas promovem projetos pedagógicos com temática racial, enfim.

Após o momento de contextualização histórica e reflexões sobre a escravização e exclusão do negro na sociedade e a busca por igualdade racial, a professora convida os estudantes a responder, em forma escrita ou desenho, a seguinte pergunta: Qual o lugar da pessoa negra no dia a dia da sociedade brasileira? Vejamos as respostas:

Respostas:

“Vejo em posição de subalternidade...”

“Nas profissões consideradas mais simples...”

“Vejo em um lugar bem melhor do que há alguns anos atrás...”

“Ainda são tratados como inferiores aos brancos...”

“São menos favorecidos por causa do preconceito. Só vejo pessoas negras trabalhando na faxina. Não vejo em cargos considerados superiores”.

“Não tem os mesmos direitos que as pessoas brancas”.

“Vejo como forte, guerreiro e persistente”.

“Vejo trabalhando em casa de família ou como feirante”.

“Vejo na resistência, na invisibilidade e na luta”.

“Vejo julgado”.

“Vejo em todos os lugares”.

A atividade final foi a elaboração de cartazes com o título: Propostas para combater o racismo na escola. Formaram-se grupos com 5 a 6 estudantes, as propostas foram elaboradas e apresentadas.

Vejamos as propostas:

- *Palestras;
- *Atividades educativas;
- *Aulas sobre etnia racial;
- *Roda de conversa sobre respeito, educação e punição (por meio da lei) contra atos de racismo;
- *Dar apoio às vítimas;
- *Palestras de conscientização;

Após a apresentação dos cartazes com as propostas, os alunos foram convidados a comentar e avaliar a importância do tema tratado na roda de conversa, destacando o que aprenderam a respeito e outros aspectos relevantes para comentar. Seguem algumas falas a respeito da avaliação e importância do tema, foram:

“Gostei bastante, deveria ter mais encontros assim na escola.”;

“Achei importante porque conversamos mais sobre racismo, passei a entender melhor sobre o assunto.”;

“Apreendi mais sobre este assunto.”;

“Foi uma aula diferente, mais movimentada. Isso é muito bom!”;

“Foi bom, sim. Apreendi mais sobre um assunto que discutimos pouco na escola.”;

Terminada a avaliação, houve lanche e pausa para registrarmos com fotos e vídeos, a conclusão do encontro. Segue abaixo os registros fotográficos dos momentos:

Fotografia 1 - Aula 3 - 2022

Fotografia 2 - Aula 3 - 2022



Fotografia 3 - Aula 3 - 2022



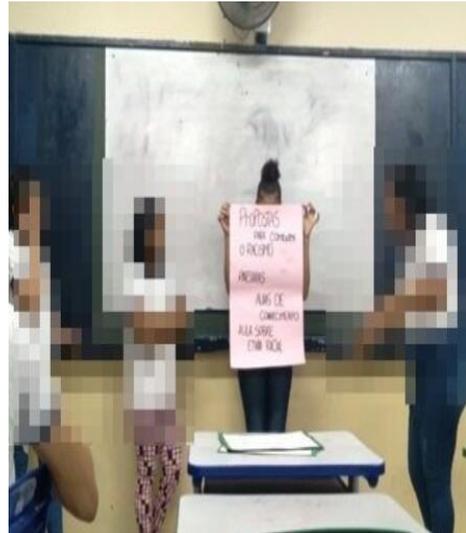
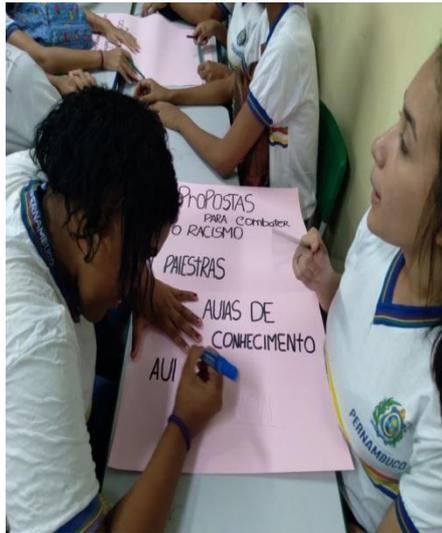
Fotografia 4 - Aula 3 - 2022



Fotografia 5 - Aula 3 - 2022

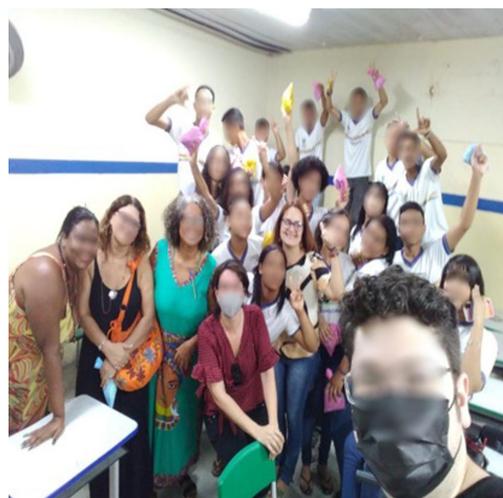


Fotografia 6 - Aula 3 - 2022



Fotografia 7 - Aula 3 - 2022

Fotografia 8 - Aula 3 - 2022



6.5 Colonialismo, escravidão do negro, “abolição” da escravidão, exclusão do negro

Na quarta aula estavam presentes 14 alunos, iniciamos fazendo uma abordagem sobre o tema da aula e escrevendo no quadro os conceitos de democracia, colonialismo, escravidão, abolição da escravidão no Brasil e democracia racial, relacionando-os ao contexto histórico do capitalismo e processo de dominação europeia sobre a África e América a partir do século XV. Partindo dessas exposições, foram entregues os textos previstos para a aula e em dupla iniciaram a leitura dos seguintes textos: "Da supremacia branca à democracia racial" de Edward Telles", "O negro na emergência da sociedade de classes", de Florestan Fernandes e "O golpe de 1964, o novo modelo econômico e a população negra" de Lélia Gonzalez. A orientação foi

para que realizassem a leitura estabelecendo uma relação com os conceitos explicados no início da aula.

Durante quase dois anos em que as aulas presenciais foram suspensas, houve um déficit grande no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo o aumento de um problema que já existia na educação pública: as dificuldades dos estudantes com a escrita e interpretação. Quando o indivíduo, além de decodificar, aprende a interpretar as palavras, evita mal-entendidos e desenvolve uma comunicação mais eficaz, o que conseqüentemente facilita que ele entenda melhor o contexto social no qual está inserido e os problemas sociais que o cercam. Durante a pandemia da COVID-19, escolas, estudantes e professores, precisaram se adaptar, sem nenhum preparo prévio ou estrutura, ao ensino remoto e depois ao híbrido. Como consequência, houve atraso no processo de ensino-aprendizagem e evasão escolar. Segundo informações do site Agência Senado:

O estudo Perda de Aprendizagem na Pandemia, uma parceria entre o Insper e o Instituto Unibanco, estima que, no ensino remoto, os estudantes aprendem, em média, apenas 17% do conteúdo de matemática e 38% do de língua portuguesa, em comparação com o que ocorreria nas aulas presenciais (Araújo, 2021).

Como não poderia deixar de acontecer, as dificuldades com interpretação de textos ficaram explícitas quando iniciamos as atividades com leitura. Assim, sobre as leituras realizadas, alguns estudantes entenderam algo, poucos compreenderam de fato e outros não entenderam nada. Outro fator que também influencia na dificuldade dos estudantes em interpretar textos com temáticas sobre relações étnico-raciais, é a falta de vivência, de acesso aos livros e aulas com essas abordagens.

Foram lidos, relidos e analisados trechos de cada um dos textos, no final enfatizamos a ideia principal contida em cada um deles: o mito da democracia racial e os fatores que levam à exclusão da população negra do mercado de trabalho. Feito isso, provoqueei-os para que falassem o que tinham compreendido a respeito dos termos democracia racial e mito da democracia racial e onde percebem o negro no mercado de trabalho e profissões. Por fim, orientamos que a partir dos textos lidos, elaborassem, em grupo, pequenas “peça teatrais” com duração máxima de três minutos, reproduzindo situações de racismo e exclusão do negro que ocorrem no cotidiano das famílias, nas escolas, ônibus, ruas, supermercados, lojas, instituições religiosas, empresas, etc.

Textos para leitura e realização das atividades:

1. Da supremacia branca à democracia racial

“Os portugueses aportaram nas costas brasileiras em 1500 e logo em seguida começaram a escravizar a população indígena para uso na plantação de cana e nos engenhos de açúcar. Diante da inadaptação dos ameríndios a esse tipo de trabalho, os colonizadores portugueses voltaram-se para a África como fonte alternativa de mão de obra em meados do século XVI. Os africanos foram então trazidos para o Brasil, como mão de obra escrava para a agroindústria açucareira em expansão. Até 1850, quando a comercialização de escravos foi banida, 3,6 milhões de africanos haviam sido trazidos para o Brasil, principalmente para trabalhar na produção de matéria-prima exportada para o Atlântico Norte, primeiro na indústria açucareira; no século XVIII, na mineração e na pecuária; e, finalmente, no século XIX, nas plantações de café. Em 1888, o Brasil se tornou o último país do hemisfério ocidental a abolir a escravatura, embora uma série de reformas governamentais gradualmente já tivessem emancipado os escravos antes disso. Assim como a independência em 1822 foi uma transição suave de Colônia a Estado, a transição da escravidão não envolveu guerras ou rupturas nos valores locais ou estruturas sociais, como nos Estados Unidos. Segundo Carvalho (2004), o sistema aristocrático colonial permaneceu intacto e a identidade nacional brasileira foi, deste modo, lentamente desenvolvida. As dúvidas da elite sobre a enorme população não-branca posteriormente impediriam a formação de uma autoimagem nacional positiva” (Telles, 2012, p. 20).

A minipeça teatral elaborada a partir do texto acima, foi: **O negro é visto como um igual ou ainda um escravizado? Reprodução de cenas cotidianas de racismo em transporte público e áreas de lazer.**

2.O negro na Emergência da Sociedade de Classes:

“A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a igreja ou outra qualquer instituição assumisse encargos especiais, que tivesse por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

Essas facetas da situação humana do antigo agente do trabalho escravo imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel. Ela se converteu, como asseverava Rui Barbosa, numa “ironia atroz”. Concretizara-se, de modo funesto, imprevisto em escala coletiva, o vaticínio de Luís Gama ao traduzir os anseios de liberdade de certo cativo: “falta-lhe a liberdade de ser infeliz onde e como queira...”. (Fernandes, 2008, p. 29-30).

Minipeça teatral criada a partir do texto acima: **À procura de um emprego: Vale o conhecimento ou a cor?**

3 - O golpe de 1964, o novo modelo econômico e a população negra

O Golpe Militar de 1964, procurou estabelecer uma “nova ordem” na sociedade brasileira, já que, de acordo com aqueles que o desencadearam, “o caos, a corrupção e o comunismo” ameaçavam o país. Tratou-se, então, do estabelecimento de mudanças na economia mediante a criação do que foi chamado de um novo modelo econômico em substituição ao anterior. Mas para que isso se desse, os militares determinaram que seria necessário impor a “pacificação” da sociedade civil. E a gente sabe o que significa esse termo “pacificação”, sobretudo na história de povos como o nosso: o silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de representação política. Ou seja, quando se lê “pacificação”, entenda-se repressão.

E muitas foram as medidas tomadas no sentido de garantir a nova ordem das coisas. A supressão dos antigos partidos políticos, a cassação do mandato de numerosos representantes políticos e conseqüentemente o enfraquecimento do Congresso. Além disso, a dispersão das ligas camponesas, a supressão das guerrilhas urbanas, as prisões, torturas, os desaparecimentos e os banimentos constituíram o pano de fundo necessário para o estabelecimento da paz social. E foi dentro desse quadro que se partiu para a concretização do que ficou conhecido como o “milagre econômico” brasileiro. Desnecessário dizer que as massas, para variar, ficaram completamente excluídas da partilha do bolo do “milagre”. Muito ao contrário, os “benefícios” que receberam tiveram como resultado o seu empobrecimento, determinado pela política do arrocho salarial. E quando a gente fala em massas, a gente está se referindo também, ou principalmente, ao grande contingente de negros que delas faz parte e que, desde as décadas de 1950 e 1960, vinha num processo de crescimento.

A entrada agressiva do capital estrangeiro no país ampliou o seu parque industrial. E, à primeira vista, até que poderia parecer um grande avanço para a totalidade da população brasileira. Mas acontece que tal agressividade determinou, por sua vez, a desnacionalização ou o desaparecimento das pequenas empresas. E era justamente por elas que o trabalhador negro participava do mercado de trabalho industrial. Enquanto isso, no campo, desaparecia a pequena propriedade rural para dar lugar à criação de latifúndios, por parte das poderosas corporações multinacionais, amparadas pelo governo militar. Era o capitalismo invadindo todos os setores da economia brasileira”. (Gonzalez, 2022, p. 17-19)

Minipeça teatral criada a partir do texto acima: **Não há paz sem inclusão no trabalho.**

Representação de uma situação de racismo em um transporte público.

Fotografia 9 - Aula 4 - 2022



Representação de uma situação de racismo em uma seleção de emprego.

Fotografia 10 - Aula 4 - 2022



6.6 Racismo Estrutural - Análise da Música e imagens do clip: Racismo é burrice (com Detonautas)

Iniciamos o quinto encontro conversando informalmente e relembrando o tema estudado, assim como os pontos principais dos conteúdos e discussões vistos até então. Provoquei-os a falarem sobre tal tema e o que pensavam a respeito. Houve dúvida sobre o significado de colonialismo, escravidão, democracia racial, racismo. De forma resumida, expliquei novamente o significado desses termos, pois entendo que essas incompreensões e esquecimentos diante do que estamos estudando ocorrem porque inexistem uma rotina de conversas e observações do cotidiano, digo, olhar o mundo ao redor e enxergar as relações sociais e raciais a partir da criticidade ou acontece com pouca frequência. Penso que tal realidade é comum porque o meio em que os estudantes vivem, estudam, trabalham, se divertem e enfrentam problemas diversos, não os incentiva ou convida a despertarem as percepções para isso. Sobre uma educação e pedagogia libertadora e crítica, que capacite os estudantes a se tornarem cidadãos mais ativos e interessados em construir uma sociedade mais igualitária, é o que a autora Bell Hooks chama de pedagogia engajada. Para Hooks: “A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um poder aprender” (Hooks, 2013).

Resolvidas as dúvidas iniciais, solicitei que formassem duplas, entreguei as folhas de ofício com a letra da música e utilizando a tv instalada na sala de aula, pedi que observassem com atenção o clipe (Youtube) Racismo é burrice com a “chuva” de imagens mostradas à medida que a música ecoava. O vocalista inicia o clipe nos chamando a atenção para o título da música, da letra e o quanto é imprescindível termos o conhecimento da existência do racismo no Brasil. Mais adiante ele complementa: a existência do racismo estrutural. Aproveito este momento para pausar o vídeo e dizer que falaremos na aula seguinte especificamente sobre racismo estrutural. Complemento o aviso, recordando que na prática, desde a primeira aula já estamos tratando desse assunto, mesmo que o significado do termo não tenha sido explicado em detalhes. Retorno ao clipe e juntamente com as músicas as imagens vão surgindo: arco íris (diversidade), punhos erguidos (força e solidariedade), mulheres negras, mídia, trabalho escravo nos dias atuais. Enquanto a música continuava e seguia o vocalista perguntava: Quantos professores negros e quantos brancos há nas escolas e universidades...? E nos restaurantes...? quem está servindo e quem está sendo servido...? observe a cor da população carcerária... E assim concluía afirmando mais uma vez que existe o racismo estrutural no Brasil.

Terminado o clipe, orientei que a atividade a ser realizada seria:

1ª opção: Redigir textos, em forma de redação ou poemas tendo como referência as imagens do clipe e a letra da música.

2ª opção: escolher um trecho da música e a partir dele, comentar ou ilustrar. A maioria escolheu a **2ª opção**. Todos que frequentaram a aula neste dia realizaram e entregaram a atividade. Considerei pertinente expor duas das respostas elaboradas

Resposta 1- Aluno A

Trecho escolhido:

“Quando você for dar um rolezinho nos restaurantes ou nas baladas mais caras do Brasil, dê uma olhada em quem tá servindo e quem tá se divertindo...”

Comentário

“Neste trecho fala que nos restaurantes e nas casas de shows mais caras que tem no Brasil, quem está se divertindo geralmente são as pessoas brancas e as pessoas que estão trabalhando ou servindo são geralmente as pessoas negras. Claro que é uma música voltada para uma crítica sobre o racismo, mas é uma realidade. Está sendo mudada com o tempo porque a população negra está sempre buscando o seu espaço, mesmo com o racismo existente.”

Resposta 2- Aluna: S

Trecho escolhido:

“A cor da pele define se uma pessoa vai ter emprego,
Se ela vai andar com calma,
Ou vai ser perseguida...”

Comentário:

“Acredito eu que assim como o trecho diz muitas pessoas ainda acham que a cor da pele define o caráter e a capacidade de pessoas de pele negra no mercado de trabalho. E quando se tem uma oportunidade muitas vezes são perseguidas por colegas de trabalho e pela sociedade.”

A partir dos demais comentários e análises dos trechos da música, seguimos dialogando sobre uma das perguntas do questionário aplicado no início da I.P. Quando perguntados sobre se o brasileiro é racista, 87% dos estudantes responderam que sim. Ao serem questionados sobre o porquê das afirmações, as respostas foram: "Mesmo que não seja mostrado nos jornais e na Internet, acontece muito, todos os dias"! "É como o cantor fala na música, mesmo que a pessoa negra não passe diretamente por um constrangimento, não significa que ela não esteja sendo vítima de racismo; "Se a gente vê mais pessoas negras pobres ou na miséria, ou pedindo esmola, significa que elas estão sendo vítimas de racismo também!

6.7 Racismo estrutural – Sob o olhar de Sílvio Almeida

Como de costume, iniciamos recapitulando resumidamente os conteúdos anteriores e conversando informalmente sobre as dúvidas, curiosidades, enfim. Na aula passada, durante a exposição do clipe, a expressão racismo estrutural foi citada a primeira vez, mas não explicada. Na verdade, todos os nossos estudos e debates sobre as relações étnico-raciais e racismo no Brasil foram intimamente permeados pelo conceito de racismo estrutural, contendo leituras, debates e atividades escritas acerca do significado do termo, não foram realizadas até então. Considerei pertinente ir por este caminho para que a turma viesse, a posteriori, compreender com mais facilidade o que é racismo estrutural.

A aula desenvolveu-se em torno do vídeo de 10 minutos de duração, onde Sílvio Almeida explica didaticamente o que é racismo estrutural e de alguns trechos do livro de sua autoria também, que discorrem acerca do mesmo tema. Antes de assistirem o vídeo e iniciarem as leituras, comentei sobre o papel que as instituições exercem sobre os cidadãos, explicitando que por vivermos em sociedade nossas atitudes influenciam o comportamento de outros indivíduos, ao mesmo tempo em que somos influenciados também. Deixando claro que as instituições: Estado, família, escolas, empresas, religiões etc. exercem o papel de regular, conter, reproduzir ou legitimar crenças e comportamentos concebidos pela sociedade (Bourdieu; Passeron, 2011)

Feitas as exposições iniciais, solicitei que formassem duplas para assistirmos o vídeo e compartilharmos a leitura dos textos e assistirmos o vídeo. Textos: Concepção de racismo estrutural (Sílvio Almeida, pág.47, 48-49) e Como naturalizamos o racismo (Sílvio Almeida – pág. 60-62). Vídeo: O QUE É RACISMO ESTRUTURAL? (BOITEMPO EDITORIAL 13 de set. de 2016).

As dificuldades com interpretação de texto foram minimizadas quando indicamos que cada aluno lesse algumas linhas, fazendo a pausa diante de palavras e/ou frases não entendidas para que discutíssemos o significado. Terminadas as leituras, foram entregues às duplas os materiais e as matérias jornalísticas para que montassem os cartazes sobre as situações de racismo estrutural ocorridas recentemente na mídia por meio dos Programas É de Casa e Sílvio Santos; no comentário do piloto Nelson Piquet a respeito do piloto Lewis Hamilton e no comentário do jornalista William Waack durante o intervalo do Jornal da Globo. A atividade consistiu em a dupla montar um cartaz, colar imagens e comentar porque os episódios ocorridos podem ser exemplificados como cenas cotidianas de racismo estrutural.

Textos:

1. Concepção de racismo estrutural

“O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional” (Almeida, 2019, p. 47).

“Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial, irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar conflitos raciais e sexuais. Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de micro agressões - piadas, silenciamento, isolamento, etc. Enfim, sem nada fazer, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas (Almeida, 2019, p. 47).

De tal modo que, se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas. É dever de uma instituição que realmente se preocupa com a questão racial investir na adoção de políticas internas que visem:

a) Promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo - por exemplo, na publicidade;

b) Remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição;

c) Manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais”;

d) Promover o acolhimento é possível composição de conflitos raciais e de gênero (Almeida, 2019, p. 48-49).

2. Como naturalizamos o racismo

“Desde que comecei a integrar as ações do movimento negro e a estudar a fundo as relações raciais, passei a prestar atenção ao número de pessoas negras nos ambientes que frequento, e que papel desempenham. Nos ambientes acadêmicos e próprios ao exercício da advocacia percebi que, na grande maioria das vezes, eu era uma das poucas pessoas negras, senão a única, na condição de advogado e de professor.

Entretanto, essa percepção se altera completamente quando, nesses mesmos ambientes, olho para os trabalhadores da segurança e da limpeza: a maior parte negras e negros como eu, todos uniformizados, provavelmente mal remunerados, quase imperceptíveis aos que não foram “despertados” para as questões raciais como eu fui. Essa segregação não oficial entre negros e brancos que vigora em certos espaços sociais desafia as mais diversas explicações.

Eis algumas delas:

1. Pessoas negras são menos aptas para a vida acadêmica e para a advocacia;

2. Pessoas negras, como todas as outras pessoas, são afetadas por suas escolhas individuais, e sua condição racial nada tem a ver com a situação socioeconômica;

3. Pessoas negras, por fatores históricos, têm menos acesso à educação e, por isso, estão alocadas em trabalhos menos qualificados, os quais, conseqüentemente, são mal remunerados;

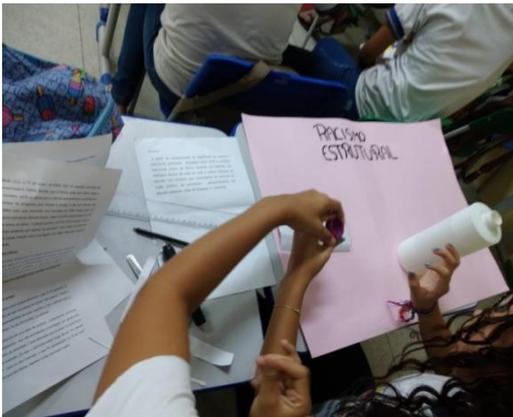
4. Pessoas negras estão sob o domínio de uma supremacia branca politicamente construída e que está presente em todos os espaços de poder e de prestígio social.

As duas primeiras explicações são racistas. A primeira é abertamente racista, pois impinge uma espécie de inferioridade natural a pessoas negras. A segunda é veladamente racista, e afirma, ainda que indiretamente, que pessoas negras são culpadas pelas próprias mazelas. Já a terceira e a quarta trazem o que poderíamos chamar de meias verdades. De fato, negros e negras são considerados o conjunto da população brasileira, apresentam menor índice de escolaridade e, sim, o sistema político e econômico privilegia pessoas consideradas brancas. Mas o que as explicações três e quatro não mostram é o motivo pelo qual pessoas não brancas têm menos acesso à educação e como e por que pessoas brancas obtêm vantagens e privilégios sociais” (Almeida, 2019, p. 60-62).

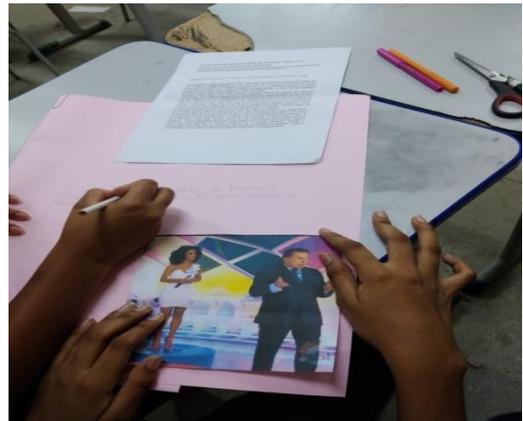
As dificuldades com interpretação de texto foram minimizadas quando indiquei que cada aluno lesse algumas linhas, fazendo a pausa diante de palavras e/ou frases não entendidas. Terminadas as leituras e a aula, entreguei para as duplas os materiais e as matérias jornalísticas para que montassem os cartazes sobre as situações de racismo estrutural ocorridas recentemente

na mídia por meio dos Programas *É de Casa* e *Sílvio Santos*; no comentário do piloto Nelson Piquet sobre o piloto Lewis Hamilton e no comentário do jornalista William Waack durante o intervalo do *Jornal da Globo*. A atividade consistiu em a dupla montar um cartaz, colar imagens e comentar porque os episódios ocorridos podem ser exemplificados como cenas cotidianas de racismo estrutural. Segue abaixo alguns registros da aula:

Fotografia 11 - Aula 6 - 2022



Fotografia 12 - Aula 6 - 2022



6.8 Racismo e Encarceramento no Brasil

Um dos fatores que muito contribuiu para que a preocupação em pensar e estruturar uma aula com o tema Racismo e Encarceramento no Brasil, foi o fato de termos, todos nós brasileiros, acompanhado por meio da televisão e das redes sociais, um dos slogans principais de campanha de um candidato a presidência da República do Brasil nas eleições de 2018, que dizia o seguinte: “Bandido bom é bandido morto”. Posteriormente este mesmo candidato venceu as eleições e conseguiu não só colocar em prática grande parte de suas promessas de campanha como aumentar o número de pessoas que compactuavam (e ainda compactuam) com suas ideias e os significados sobre “bandidos” e “cidadãos de bem”.

Com 12 alunos presentes, textos impressos (trecho do capítulo 12 “A carne mais barata do mercado é a carne negra”, do livro *Racismo Brasileiro*, da autora Ynaê Lopes dos Santos) tv conectada a minha Internet, já que a rede oferecida pelo governo estadual não funciona bem o suficiente para chegar até a sala em que estávamos, vídeo pronto para exibição, iniciamos a aula lembrando os temas trabalhados anteriormente, expondo o assunto que iríamos tratar naquele dia e sua importância social. Em seguida os estudantes foram provocados a fazer uma análise reflexiva sobre como eles, jovens do ensino médio, pensam acerca do sistema prisional brasileiro, sugerindo que partissem de algumas interrogações: Já observaram a cor da maioria

das pessoas que estão presas? O espaço das celas comporta a quantidade de pessoas indicadas por mt²? O sistema prisional consegue de fato reabilitar o indivíduo, seja ele adulto ou adolescente, e devolvê-lo, reeducado, para a sociedade? Se a maioria das crianças e adolescentes moradores das periferias tivessem acesso a escolas estruturadas, projetos educacionais e saneamento básico, haveria menos negros nas prisões? Julgamentos e penas aplicadas sobre brancos, negros e indígenas seguem os mesmos critérios, ou seja, obedecem de fato à Constituição e ao código penal brasileiro? Solicitei que não respondessem de imediato às perguntas, mas refletissem ao realizar a leitura e posteriormente, assistir o vídeo Racismo e Sistema Prisional.

A leitura do trecho do capítulo 12 (A carne mais barata do mercado é a carne negra) do livro: Racismo brasileiro, de Ynaê Lopes, denuncia o racismo no sistema judiciário brasileiro e a realidade da população negra dentro das prisões. Sentados em círculo, fomos aos poucos realizando a leitura do texto, com algumas pausas para o compartilhamento de dúvidas, e posteriormente, assistimos ao vídeo “Racismo e sistema prisional”. A aula e entendimento do conteúdo fluiu muito bem. Quanto a esse aspecto há uma outra observação: muitos dos alunos estão inseridos numa realidade onde jovens negros são cooptados pelo crime e sem chances para recomeçar a vida. Mesmo que eles próprios, alunos do 2º ano, não tenham passado por tal experiência, são testemunhas de um parente, um amigo, e às vezes o próprio pai ou mãe, que estão neste contexto.

Texto: A carne mais barata do mercado é a carne negra.

Ao ampliar nossa análise para o funcionamento do sistema de justiça brasileiro, veremos que ele não se constrói acima da sociedade, mas é parte constitutiva dela. E, por essa razão, o sistema de justiça também é forjado pelo racismo. A dificuldade em chegar ao veredito em sentença de crimes hediondos, ou então a facilidade em atenuar a pena de réus confessos por um crime triplamente qualificado, não é uma possibilidade disponível para todos os cidadãos brasileiros. Basta observar a superlotação nos presídios. A liberdade condicional dos assassinos de Galdino dos Santos (indígena) revela o quão seletivo é nosso sistema de justiça. Uma seletividade que, vale dizer, mostra que a justiça está longe de ser cega: a cor da pele continua sendo um atributo para definir “tipos criminosos” e imputar penas diferenciadas a depender do biotipo do réu em questão.

Basta olhar para estudos mais recentes que analisam a política de encarceramento em massa. Ainda que essa não seja uma realidade exclusiva do Brasil, haja vista a grave situação dos Estados Unidos, o que se observa é que a ação silenciosa e sistema do racismo no direito e no sistema de justiça, acabou criando uma situação que não só recupera a ideia de que todo negro é um criminoso em potencial, como também inviabiliza qualquer tipo de educação e reinserção da

população carcerária que sofre uma série de privações de direitos que, em tese, estariam garantidos (Santos, 2022, p. 265-266).

Terminado a primeira parte da aula, cada dupla, com base na pesquisa acerca da população prisional brasileira, construiu um vídeo com no máximo 2 minutos, reproduzindo a seguinte matéria jornalística: **Proporção de negros nas prisões cresce em 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública (G1 - 18.10.20).**

6.9 Oficina de Capoeira - origem, características e tipos

Primeiro momento:

Iniciamos com a exposição sobre o tema da aula e apresentação do professor Pedro Castelo Branco Silveira, que ministrou e conduziu a oficina. Sentados em formato de círculo iniciamos o encontro, onde o professor começa sua fala fazendo um breve histórico de sua trajetória no processo de aprendizagem da capoeira e como capoeirista. Aos poucos os alunos se apresentaram e a pedido do professor cada um comentou um pouco de sua história de vida no que diz respeito a alguma experiência com a capoeira. A maioria respondeu que nunca praticou, mas que já viu algum amigo ou parente jogando capoeira ou assistiu na escola, na tv; outros, visualizaram nos livros didáticos e revistas.

A conversa seguiu adiante com o propósito de explicar para os alunos as questões históricas e sociais que envolveram o surgimento e a escalada da capoeira no Brasil. Considero pertinente ressaltar alguns momentos principais da oficina, onde o professor fez as abordagens centrais a respeito do assunto e os alunos interagiram com ele:

Professor: Ao longo do tempo a capoeira passou por um processo de transformação na forma como as pessoas a veem e aceitam. Até 1930, mais ou menos, a capoeira era perseguida e proibida, vocês sabem por que acontecia isso?

Dois alunos responderam: Por causa do preconceito, porque os negros sentiam-se ameaçados...

Professor: Isso mesmo. A lei da vadiagem (art. 59 do decreto-lei 3.688 de 1941) dizia que qualquer pessoa pega na rua sem “fazer nada” seria presa. Na prática, os negros capoeiristas ou seguidores de religiões de matriz africana, eram considerados vadios. Coisas que vemos na rua hoje e achamos bonito, eram proibidas no começo do século XX. Terreiros de Candomblé eram casos de polícia. Até hoje as pessoas têm preconceitos com tambores. O preconceito com o tambor faz parte do racismo que existe na nossa sociedade. Associam religiões e instrumentos de matriz africana ao mal, ao demônio. (Pedro Castelo Branco- 08.11.2022).

Segundo momento:

Por meio dos ensinamentos e coordenadas dos movimentos, o professor explica:

Toda a movimentação da capoeira está relacionada à música que está tocando. A capoeira se espalhou pelo mundo inteiro e é uma das formas de difusão da língua portuguesa. Devido ao preconceito, muitos mestres capoeiristas, não são valorizados no Brasil e partem para outros países. Muitas vezes os pais não permitem que seus filhos façam a capoeira. A capoeira é herança que vem da África e a ela devemos respeito, assim como devemos também respeitar a ancestralidade do mestre, pois é a aprendizagem com o mestre que faz com que a capoeira se eternize. Deve-se ter todo um cuidado para a capoeira não perder a ancestralidade. **A capoeira é um símbolo do Brasil, mas de qual Brasil?** (Pedro Castelo Branco Silveira- Paulista, 08.11.2022).

Durante todo o encontro os estudantes mantiveram o olhar direcionado e manifestaram curiosidade em entender, assistir e participar etc. Enfatizo que os estudantes considerados pela escola como indisciplinados e “sem jeito” participaram sob as mais diversas formas: escutando, perguntando, respondendo perguntas, jogando etc. Confesso que eles me surpreenderam, uma vez que o interesse em participar foi explícito. Pela primeira vez olhei para os seus semblantes e entendi com mais clareza que a educação e o espaço escolar, nos moldes atuais, é insípido para muitos estudantes, por isso o desinteresse e a rebeldia.

Por fim, os estudantes foram bastante receptivos e interativos quando o professor apresentou os instrumentos musicais utilizados na capoeira e os livros que contam a história da capoeira no Brasil. A partir da orientação do professor, conseguiram retirar os sons dos instrumentos, folhear os livros etc. não se inibiram em tocá-los, experimentá-los, conhecê-los. A atividade chamou a atenção de estudantes de outras turmas, que por sua vez se aproximaram com a intenção de participarem da oficina também. Segue abaixo as fotos dos momentos do encontro e dos livros que foram mostrados, comentados pelo professor e folheados pelos estudantes.

Fotografia 13 - Aula 8 - 2022



Fotografia 15 - Aula 8 - 2022



Fotografia 17 - Aula 8 - 2022



Fotografia 19 - Aula 8 - 2022

Fotografia 14 - Aula 8 - 2022



Fotografia 16 - Aula 8 - 2022



Fotografia 18 - Aula 8 - 2022



Fotografia 20 - Aula 8 - 2022



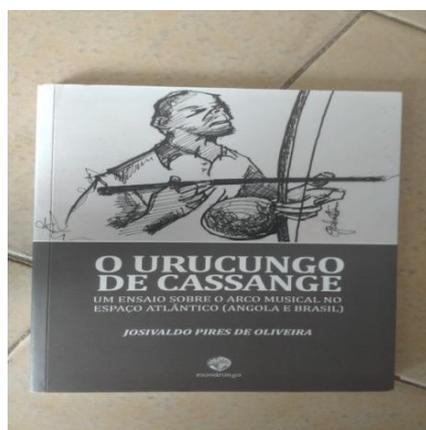
Fotografia 21 - Aula 8 - 2022



Fotografia 22 - Aula 8 - 2022



Fotografia 23 - Aula 8 - 2022



6.10 Reflexão/Discussão interdisciplinar sobre a semana da Consciência Negra no Brasil

Primeiro momento:

Após diálogo com a comunidade escolar acerca da necessidade de discutirmos a Semana da Consciência Negra, cada professor escolheu um tópico para discussão e a partir daí pensou a maneira mais didática e pertinente ao contexto da sua turma para construir e apresentá-lo no dia da culminância. Ocorreu que no final apenas três tópicos foram selecionados: Breve histórico sobre o Dia da Consciência Negra e sua importância, Quilombos no Brasil - Quem foi Zumbi dos Palmares e seu Legado e Personalidades negras na história do Brasil.

Falei “apenas três tópicos”, mas na verdade acredito que foi um avanço, pois já é possível vislumbrarmos algumas mudanças sobre como se discute as relações étnico-raciais, escravização do negro no Brasil, racismo, branquitude e o espaço que a pessoa negra ocupa na sociedade, com uma postura mais crítica.

Segundo momento:

Para que a culminância ocorresse conforme o imaginado, tracei alguns pontos principais: organização e "decoreção" do espaço de acordo com a temática, convidar um professor para abrir o evento (falar sobre colonialismo, racismo e movimento negro); ficha com a sequência das turmas (nem todas expuseram) e trabalho a ser apresentado por cada uma delas etc.

Tópicos:

1. Breve histórico sobre o surgimento do Dia da Consciência Negra e sua importância;
2. Personalidades negras na história do Brasil;
3. Quilombos no Brasil - Quem foi Zumbi dos Palmares e seu legado;
4. O que é racismo estrutural?

De acordo com a perspectiva dos tópicos escolhidos, os trabalhos foram apresentados sob diferentes formas:

*Palestra sobre a importância histórica, política e social do dia da Consciência Negra

- *Declamação e interpretação do poema: Me gritaram negra (Turma do 6ºano);
- *Minipeça teatral sobre situações de racismo que ocorrem em espaços em comum, como o transporte público, por exemplo;
- *Entoação de músicas afro-brasileiras com o uso de instrumentos afro-brasileiros;
- *Leitura e exposição de cartazes sobre a história de Zumbi e do Quilombo dos Palmares;
- *Comentários e exposição das imagens das personalidades negras pernambucanas: Selma do Coco, Lia de Itamaracá, Rapper Bione e da cantora e instrumentista Isaar França; e internacionais.

O microprojeto interdisciplinar sobre o Dia da Consciência Negra foi pensado para compor o projeto de Intervenção Pedagógica. A perspectiva sobre como aconteceriam a elaboração das atividades e trabalhos em torno desse assunto, não eram das melhores pelo fato de necessariamente ter que envolver a maioria dos componentes do corpo escolar e assim nos depararmos com a resistência dos alunos e alguns professores. Até aquele momento a atenção foi toda direcionada para uma turma do 2º ano do ensino médio, pois ela era o foco e com ela o projeto estava fluindo bem, mesmo com alguns obstáculos. Ao pensar no microprojeto interdisciplinar havia a impressão de estarmos sendo um pouco ousados, no entanto houve a surpresa, no melhor sentido da palavra.

Nos projetos interdisciplinares sempre há professores que por diversos motivos não abraçam a ideia. Alguns por não concordarem, outros por acharem desnecessário, sem valor pedagógico e outros por simplesmente não terem disposição física nem emocional, o que até certo ponto podemos compreender. Mas, como falei há pouco, me surpreendi positivamente porque houve inspiração e vontade de construir, até mesmo alguns dos professores vistos pela comunidade escolar como conservadores, participaram, talvez (suposição minha) não por consciência, mas para cumprir com sua responsabilidade como profissional. Mesmo que tenha sido este o motivo, foi válido. Quanto aos alunos seria uma análise simplória e limitada se eu afirmasse apenas que eles gostaram ou se divertiram. Os grupos que participaram, além de esboçarem o desejo de estar no palco, falar e movimentar o corpo, se fizeram presentes expressando competências de leitura e uso de instrumentos musicais, expondo análises, ideias e compreensões não caricatas acerca do negro na sociedade brasileira. Dizer que mentalidades e vidas serão transformadas em decorrência dessas discussões seria de um otimismo ingênuo, até porque não há como criar novas mentalidades como em um passe de mágica, mas a

educação, desconstrução e reeducação de ideias e narrativas em torno da trajetória e realidade da pessoa negra enquanto ser individual ou coletivo, plantadas e cultivadas ao longo de todo processo histórico brasileiro, devem ser feitas na escola continuamente, mesmo quando as conversas no pátio da escola ou na sala dos professores parecem ser aleatórias ou sem propósitos, pois são em muitas dessas ocasiões, aparentemente amigáveis e espontâneas, que o preconceito e a discriminação racial se fazem presentes, se instalam e ganham ares de “está tudo bem” “racismo é mi mi mi”; “Aff, que chato, ninguém pode mais falar nada, tudo é racismo hoje em dia!”. Segue as sugestões de textos e vídeos para os professores desenvolverem o tema e os registros fotográficos da culminância.

<https://www.todamateria.com.br/dia-da-consciencia-negra/>

<https://www.politize.com.br/dia-da-consciencia->

https://www.politize.com.br/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjw1MajBhAcEiwAagW9MdUeO3hyDKR4WbOkSdATDHE8G4s0oFt7DD5_LeEDiwRQpQGd1veLTBoCcBQQA_vD_BwE

<https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/zumbi-dos-palmares.htm>

<https://www.geledes.org.br/racismo-estrutural-entenda-o-que->

[significa/?amp=1&gclid=CjwKCAjw1MajBhAcEiwAagW9McFOrk3x2NRDj78a9hBfN8hDMLmX4OZs_VS46_TXieDo6OvDQ9_6gBoCawcQA_vD_BwE](https://www.geledes.org.br/racismo-estrutural-entenda-o-que-significa/?amp=1&gclid=CjwKCAjw1MajBhAcEiwAagW9McFOrk3x2NRDj78a9hBfN8hDMLmX4OZs_VS46_TXieDo6OvDQ9_6gBoCawcQA_vD_BwE)

<https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/>

<https://www.brasildefato.com.br/2017/07/25/8-mulheres-negras-cientistas-brasileiras-que-voce-precisa-conhecer>

*Racismo Estrutural, Lei, Causas, Exemplos - Brasil Escola

<https://www.youtube.com/watch?v=eqIxMBwWMuc>

*O que é racismo estrutural? | Silvio Almeida - TV Boitempo

<https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU&t=493s>

*Entenda o que é RACISMO ESTRUTURAL! - Canal Preto

<https://www.youtube.com/watch?v=lryL8ZAMq-E>

Fotografia 24 - Aula 9 - 2022



Fotografia 25 - Aula 9 - 2022

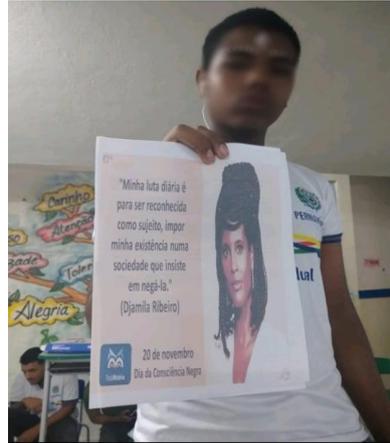


Fotografia 26 - Aula 9 - 2022



Fotografia 27 - Aula 9 - 2022



Fotografia 28 - Aula 9 – 2022**Fotografia 29 - Aula 9 - 2022**

6.11 Culminância – Exposição dos trabalhos construídos durante a Intervenção

A palavra culminância é um substantivo feminino que significa chegar ao ponto mais alto de alguma coisa, chegar ao máximo, ao ápice, à plenitude etc. Portanto, a culminância de todo o processo da Sequência Didática não poderia limitar-se a um encontro de despedida com alguns depoimentos dos alunos, partilha de doces e salgados, uma breve avaliação das aulas e conclusão. Partindo dessas reflexões planejei e elaborei alguns momentos.

Primeiro momento: Montagem do painel.

A ideia da montagem de um painel surgiu da necessidade de apresentarmos, por meio de imagens, alguns dos principais momentos vivenciados durante as aulas: as rodas de conversas, as nossas falas e as dos professores convidados, a realização e apresentação das atividades e também os recortes de trechos dos textos lidos e seus respectivos autores. Para tal intento, utilizamos um quadro branco escolar e, revestindo-o com TNT amarelo, colamos o título: “Olhares e Vivências dos estudantes do Ensino Médio - 2ª Ano C - sobre as relações étnico-raciais e racismo na escola. Atividades realizadas e afetos compartilhados”. Sobre a mesa e na proximidade do painel foram posicionados os livros referenciados durante as aulas, para que ao longo do encontro os alunos e convidados pudessem ler alguns trechos, manuseá-los, conhecer mais os autores, enfim. Achemos propício que o encontro ocorresse na biblioteca da escola, já que havia espaço suficiente, ar-condicionado, mesas e cadeiras para todos.

Segundo momento: Apresentação do painel, conversa acerca dos temas e atividades vivenciadas durante as aulas, depoimentos dos estudantes e lanche coletivo.

Conforme combinado antecipadamente, recebemos a turma na biblioteca, expomos novamente o propósito da intervenção pedagógica e do nosso último encontro. Relembramos o tema da maior parte das aulas, os alunos interagiram e solicitamos que respondessem a seguinte pergunta: O que eu sabia e o que aprendi ao estudar sobre racismo? Todos foram receptivos à pergunta, alguns responderam oralmente, mas maioria preferiu escrever, segue algumas das respostas:

“Aprendi que todos nós somos racistas, mas precisamos reconhecer e procurar ter uma atitude diferente”.

“Aprendi que racismo é crime!”

“Aprendi que o racismo não surgiu de agora, vem desde os tempos da escravidão. Com muita resistência e leis os povos escravizados foram libertando-se aos poucos...”

“Aprendi que pessoas brancas não percebem que as formas delas falarem e agirem com uma pessoa de outra cor ou diferentes delas, são palavras com ofensas e desrespeito”.

“Aprendi que o racismo é crime e também tem punições sérias como prisões ou pagar multas. Não é bom praticar o racismo porque as vítimas podem ter o psicológico fraco, como depressão ou ansiedade ou ficarem traumatizadas, etc.”

“Aprendi o quão importante é lutar contra a desigualdade”.

“Aprendi muito sobre a capoeira, os instrumentos, as músicas e as palavras usadas na capoeira.

“Aprendi sobre racismo estrutural”.

Os dados fornecidos pelo gráfico anexo denunciam uma realidade preocupante no ambiente escolar. Dos estudantes dessa turma, 50% relataram ter observado colegas se dirigindo a outro utilizando termo racista como "macaco(a)" e 12,5% como "preto seboso". Essa constatação ressalta uma problemática profunda e preocupante, não só pelo percentual elevado, mas por a escola ainda não saber lidar com isso de forma assertiva.

Além disso, os estudantes também presenciaram situações em que comparações foram feitas entre indivíduos brancos e negros, avaliando suas capacidades e conhecimentos de maneira desigual e injusta, com uma clara desvantagem para a pessoa negra. Esses estereótipos só reforçam a ideia errônea de que, dependendo da cor da pele, alguém pode ser mais ou menos

inteligente. Os dados também revelam que 21,7% dos alunos dessa turma já foram vítimas de algum tipo de discriminação racial, o que reforça a triste realidade de que o racismo está na experiência de vida de parte significativa dos jovens, dentro e fora da escola.

Talvez, muitos não teriam se aprofundado nessa reflexão se não tivessem sido instigados a fazê-lo, por isso é tão importante que as aulas, mesmo que não trate do tema em questão, sejam permeadas pelo incentivo ao questionamento crítico e a autorreflexão. Segue abaixo os momentos da culminância:

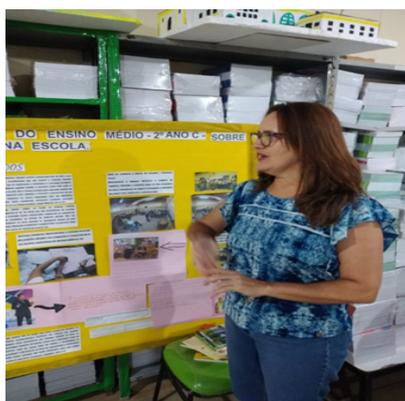
Fotografia 30 - Aula 10 - 2022



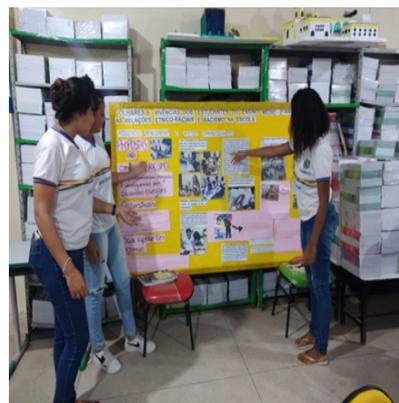
Fotografia 31 - Aula 10 - 2022



Fotografia 32 - Aula 10 - 2022



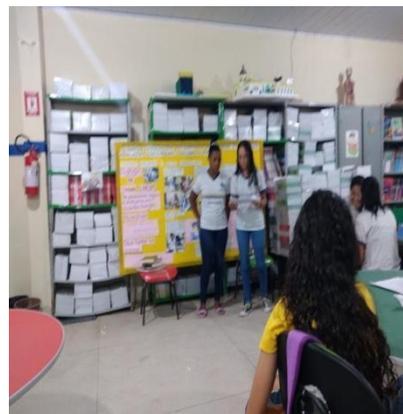
Fotografia 33 - Aula 10 - 2022



Fotografia 34 - Aula 10 - 2022



Fotografia 35 - Aula 10 - 2022



Fotografia 36 - Aula 10 - 2022



Fotografia 37 - Aula 10 - 2022



7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho de conclusão de curso, buscou-se promover uma intervenção pedagógica por meio das aulas de sociologia numa escola pública estadual regular, localizada no município de Paulista, Pernambuco. Os conteúdos, divididos entre aulas expositivas, leituras e produção de textos, oficina, rodas de diálogos e análise de imagens, ocorridos no decurso do projeto tiveram como objetivo primeiro viabilizar uma reflexão crítica, voltada para a compreensão da existência de diferentes identidades étnico-raciais e culturais, assim como exercitar caminhos para a valorização e o respeito à diversidade em uma sociedade plural.

A partir do entendimento em que a escola é um território constituído por pessoas envolvidas em diferentes histórias de vidas e formas de ver o mundo, e, considerando que essas relações se manifestam e se reproduzem no chão da escola, foi concebida uma I.P que colocasse os estudantes no centro dos estudos, reflexões e debates sobre as questões étnico-raciais e racismo. Assim, tendo como referência, principalmente, a lei 10.639/2003, foi pensada, elaborada e posta em prática, por meio de uma sequência didática composta por 10 aulas, a Intervenção Pedagógica “Olhares e vivências dos estudantes do 2º ano do ensino médio acerca das relações étnico-raciais e racismo numa escola pública estadual de Pernambuco”. Em torno desse eixo temático e respaldada pela literatura da área, matérias jornalísticas, falas de autoridades na área, e outras leis que regulam a educação no Brasil e no estado de Pernambuco, aulas foram planejadas com o intuito de fazer reflexões levando em consideração o contexto social dos estudantes do ensino médio de escola pública. As adversidades previstas, como dificuldades com leituras e interpretação de texto, desinteresse em estudar sobre racismo por achar que já entende o suficiente só por ver postagens em redes sociais e comentários em programas televisivos, apatia e falta de concentração ocorreram, mas não com prevalência, ao ponto de impedir ou desestabilizar a concretização do projeto.

Em meio às situações didáticas, recursos didáticos utilizados e exercícios elaborados objetivou-se, especificamente, durante todo o decorrer do trabalho, viabilizar o acesso dos estudantes do 2º ano do ensino médio, a conteúdos que tivessem como foco levá-los a compreender que a chegada dos europeus (portugueses), o comércio e a escravização de povos trazidos do continente africano representam uma das principais bases históricas que explicam a existência do racismo no Brasil, como bem definiu Inaê Lopes, ao afirmar: “Esse sistema lucrativo, dinâmico e complexo de compra e venda de seres humanos, em grande medida, nos ajuda a compreender a história do racismo no Brasil” (Santos, 2022, p. 33). Além disso, foi enfatizado também que apesar das lutas e conquistas do movimento negro, criado efetivamente

em 1978 (Gonzalez; Hasenbalg, 2022), e das leis antirracistas criadas ao longo dos séculos XX e XXI, que favoreceram avanços significativos, fatores socioeconômicos e políticos atuais permanecem contribuindo para a existência da discriminação racial e racismo nas instituições brasileiras, entre elas, a escola.

Relembro que uma das minhas preocupações também, acerca dos possíveis problemas a serem enfrentados para a execução do I.P seria a resistência ou intromissão de professores conservadores, aqueles que sempre que lhes é conveniente evidenciam que não aprovam diálogos sobre diversidade, desigualdades, etc. Isso não aconteceu, nenhum profissional, desde os professores até a equipe gestora, indicou algum sinal de oposição ou insatisfação com o trabalho desenvolvido. Compreendemos que a temática precisa ser mais trabalhada nos cursos de licenciatura e nas formações continuadas de professores e coordenação pedagógica, que as leis que regulam a educação voltada para a cidadania, cultura e diversidade no Brasil e no estado de Pernambuco sejam discutidas com mais propriedade. Existe uma lacuna nos cursos de licenciatura no que diz respeito a uma educação voltada para a diversidade, cultura afro-brasileira e relações étnico-raciais, e isto é também uma forma de reprodução do racismo. É preciso que as leis 10.639/2003, 11.645/2008 e 12.288 “saíam do papel” e aconteçam na prática.

Considerando o que já foi dito, outras falhas também devem ser observadas. Em 2022, ano em que o projeto foi aplicado, o 2º ano do Ensino Médio contava com 1 aula semanal de sociologia, o que nos “obrigou” a “pedirmos emprestadas” aulas de outros professores. Nas tardes em que ocorreram a Oficina de Capoeira com o professor Pedro Silveira e a Roda de diálogos sobre Relações étnico-raciais no Brasil, com a professora Graça Elenice dos Santos Braga, os professores, gentilmente, cederam suas aulas. O que nos fez refletir que nas próximas vezes em que este ou novas nuances desse projeto forem aplicados, deve existir um planejamento mais criterioso quanto ao uso do tempo, adequando-o às mudanças ocorridas desde a implementação do Novo Ensino Médio, (Lei 13.415/2017), quando diminuiu a carga horária da sociologia como disciplina.

Diante do exposto, cabe perguntar: Os objetivos da PIP foram alcançados de forma plena? Os que os estudantes do 2º ano passaram a entender sobre relações étnico-raciais, racismo estrutural, democracia racial, crime de racismo, cotas, respeito à diversidade depois que participaram do projeto? Segundo eles próprios, nunca tinham tido a oportunidade de estudar tão de perto a temática e debater conceitos até então desconhecidos. Na última aula, que foi a culminância, quando fizemos o convite para que os estudantes ficassem à vontade para darem seus depoimentos, oralmente e por escrito, sobre a contribuição que o estudo da temática trouxe para suas vidas, 3 deles afirmaram categoricamente: “Todos nós somos racistas,

mesmo quando afirmamos que não somos. Só que agora já estamos mais conscientes disso e podemos nos esforçar para não ter atitudes racistas. Racismo é crime e todo mundo deveria entender isso!”. É louvável escutar comentários que sinalizam novas perspectivas na maneira desses estudantes pensarem sobre as relações étnico-raciais na escola, no Brasil. É pertinente lembrar que 87% da turma, considera que o brasileiro é racista, porém, concomitantemente, 91,3% desses mesmos estudantes não se considera racista, ou seja, prevalece, a ideia de que o sentimento racista está na vida do outro, portanto é um problema que o outro tem que lidar, e não cada um de nós. Sobre isso, a filósofa e escritora Djamilia Ribeiro, em entrevista dada à BBC NEWS, tece o seguinte comentário:

Esse é o comportamento do brasileiro. Todo mundo sabe que o racismo existe, mas ninguém é racista. Tem uma pesquisa histórica da década de 1990, da Folha de S. Paulo, de que 90% das pessoas diziam conhecer pessoas racistas e diziam que o racismo existia, mas quando perguntavam se elas eram racistas, elas diziam que não. ((Alegretti, 04.06. 2020)

Seria falacioso afirmar que os objetivos da I.P foram, em sua maioria, alcançados. No entanto, foi possível observar e constatar, por meio dos relatos e depoimentos colhidos através das atividades realizadas ao longo e na culminância da Intervenção Pedagógica, que os estudantes do 2º ano do ensino médio já não vão mais minimizar ou ignorar, como antes, assuntos que envolvem a temática relações étnico-raciais e racismo. Imagino que também terão um olhar mais crítico e de compreensão acerca das diferenças, diversidades e desigualdades que compõem as sociedades.

Espero que esta pesquisa estimule novas reflexões acerca do ensino da temática em Sociologia, gerando interesse em outros educadores, pesquisadores e profissionais da área. Com isso, novos enfoques e abordagens, como: A importância dos movimentos abolicionistas no Brasil colonial ou, os percalços, lutas e conquistas da mulher negra no Brasil contemporâneo, por exemplo, possam emergir. Acredita-se que esse estudo possa contribuir significativamente para promover mudanças significativas num ensino de Sociologia que se preocupa em não apenas estudar superficialmente, mas entender, por meio de uma metodologia participante, as relações étnico-raciais na escola e assim fortalecer a e promover mudanças nas práticas escolares.

REFERÊNCIAS

- ALEGRETTI, Laís. Racismo no Brasil: todo mundo sabe que existe, mas ninguém acha que é racista, diz Djamila Ribeiro. **BBC News Brasil**, Londres, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52922015>. Acesso em: 2 jul. 2023.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais/Coordenação Djamila Ribeiro).
- AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ARAÚJO, Ana Lúcia. Pandemia acentua déficit educacional e exige ações do poder público. **Agência Senado**, [s. l.], 16 jul. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-acoes-do-poder-publico>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- BEZERRA, Juliana. Cotas Raciais. **Toda Matéria**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/cotas-raciais/>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- BRASIL, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 20 maio 2022
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 8 set. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...], e 11.494, de 20 de junho 2007 [...], a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fipe/USP. **Pesquisa Nacional Diversidade na Escola**. 2009.

CARVALHO, Marcello. Família denuncia preconceito contra aluno de 11 anos após sugestão de trabalho com tema LGBT em grupo da escola. **G1 Campinas e Região**, Campinas, 13 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinasregiao/noticia/2021/06/13/familia-denuncia-preconceito-contra-aluno-de-11-anos-apos-sugestao-de-trabalho-com-tema-lgbt-em-grupo-da-escola.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2022.

CARVALHO, Talita de. Intolerância Religiosa. **Politize!**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

COMO funciona a Lei de Cotas. [S. l.], 2018. 1 vídeo (25 min). Publicado pelo canal Revista Novo Tempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RrN3QesMGRs>. Acesso em: 11 jul. 2023.

DANTAS, Daniely Nascimento Marreira. **A Construção da Identidade Negra na Escola: dialogando com o ensino de sociologia**. 2020. 123 p. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/582186>. Acesso em: 6 maio 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYRELL, Juarez. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1120, out. 2007.

DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 15 -16.

DIAS, Graziany Penna. A Formação Social Brasileira e o Empreendedorismo: análise da época da colonização. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], ano 03, 7. ed., v. 05, p. 96-106, jul./2018. ISSN:2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/formacao-social-brasileira>. Acesso em: 1 jun. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4482634/mod_resource/content/1/Florestan%20Fernandes%20%20A%20integra%C3%A7%C3%A3o%20do%20negro%20na%20sociedade%20de%20classes%20-%20Vol%20I%20-%20O%20legado%20da%20ra%C3%A7a%20branca-1.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

FERREIRA, Verônica Moraes. **A questão étnico-racial na formação de professores: análise de currículos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

FIGLIOLI SILVA, Ilzei Luciana. Fundamentos e metodologias do ensino de Sociologia na Educação Básica. In: HANDFAS, A.; OLIVEIRA, L. F. de.; RIBEIRO, A. M. M. *et al.* (org.). **A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência**. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2009.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-ação. **Educação de Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set/dez. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 48. ed. Recife: Global Editora, 2003. Disponível em: https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/freyre_gilberto_casa_-_grande_senzala.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

GALDINO, Luciana Vasques Lopes. **Contribuições do Ensino de Sociologia para as Questões da Diversidade na Escola Pública**. 2020. 131p. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/58452>. Acesso em: 5 maio 2022.

GODOY, Arilda Schimdt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Educação, Raça e Gênero. **Cadernos Pagu**, [s.l.], 1996. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1862/1983>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GONÇALVES, Danyelle Nilin; FURTADO, Elizabeth; MOURA, Eptácio Macário. **Sociologia da Educação**. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2019.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IBGE. Conheça o Brasil: população. **IBGEeduca**, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Davi Silvestre Fernandes. **A lei 10.639, o cotidiano escolar e as relações étnico raciais: um estudo de caso**. 2010. 112 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/90070>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MILLS, Charles Wright. **A Imaginação Sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secad, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

NASCIMENTO, Rafael. Motorista acusado de praticar preconceito religioso contra família com roupa do candomblé será intimado, diz delegada. **G1 Rio de Janeiro**, [s. l.], 1 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/05/01/motorista-acusado-de-praticar-preconceito-religioso-contrafamilia-com-roupa-do-candomble-sera-intimado-diz-delegada.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2023.

OBSERVATÓRIO da Imprensa entrevista o sociólogo Zygmunt Bauman. [S. l.], 2016. 1 vídeo (52 min). Publicado pelo canal TV Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kM5p8DqgG80>. Acesso em: 11 jun. 2023.

POPULAÇÃO em Paulista (PE) é de 342.167 pessoas, aponta o Censo do IBGE. **G1 Pernambuco**, [s. l.], 28 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/06/28/populacao-em-paulista-pe-e-de-342167-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2023.

PROGRAMA Temas em Educação. [S. l.], 2018. 1 vídeo (47 min). Publicado pelo canal Laufes CE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ula2K-MzysU>. Acesso em: 20 mar. 2022

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SAMARA, E. de M. O Que Mudou na Família Brasileira?: da Colônia à Atualidade. **Psicologia USP**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002. DOI: 10.1590/S010365642002000200004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/53500>. Acesso em: 1 jun. 2022.

SANTOS, M. Ser negro no Brasil hoje: ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 maio 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>. Acesso em: 31 maio 2022.

SANTOS, Ynaê Lopes. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2022.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Rutinéia Cristina Martins. **Escola e questão racial: a avaliação dos estudantes**. 2013. 198 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade

de Ciências Humanas e Sociais, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/123347>. Acesso em: 4 maio 2022.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TELLES, Edward Eric. **O significado da raça na sociedade brasileira**. Princeton e Oxford: Princeton University Press. Versão divulgada na internet em agosto de 2012. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5d3230eb29908c00018b7fcf/t/6036dac48025463935a4b9be/1614207694389/livro_o_significado_da_raca_na_sociedade_brasileira.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

THEODORO, Mário. **Racismo e branquitude na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

VALENTE, G.; DANTAS, A. S. R. Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, n. 51, Artigo e07327, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147327>. Acesso em: 7 maio 2022.

ANEXOS

Música

Música: Racismo é burrice.

Compositores: Gabriel Contino

“Essa música foi gravada há alguns anos
Pelo nosso parceiro Gabriel, o Pensador
E de lá pra cá, muito pouco mudou
Nós que temos a pele clara
Sabemos que somos privilegiados
E as nossas responsabilidades
São do tamanho dos nossos privilégios
E consciente disso, o Detonautas traz de volta essa canção
Pra que a gente possa colaborar na luta contra o racismo estrutural
Se liga aí...

Racismo, preconceito e discriminação em geral
É uma burrice coletiva sem explicação
Afinal, que justificativa você me dá
Para um povo que precisa de união?
Mas demonstra claramente, infelizmente
Preconceitos mil de naturezas diferentes
Mostrando que essa gente
Essa gente do Brasil é muito burra
E não enxerga um palmo à sua frente
Porque se fosse inteligente
Esse povo já teria agido de forma mais consciente
Eliminando da mente todo o preconceito
E não agindo com a burrice estampada no peito
A elite que devia dar um bom exemplo
É a primeira a demonstrar esse tipo de sentimento
E num complexo de superioridade infantil
Ou justificando um sistema de relação servil

E o povão vai como um bundão
Na onda do racismo e da discriminação
Não tem a união e não vê a solução da questão
Que por incrível que pareça está em nossas mãos
Só precisamos de uma reformulação geral
Uma espécie de lavagem cerebral
Vai, dá uma olhada aí na sua universidade
Vê quantos professores são brancos
E quantos professores negros você tem
Dá uma olhada nos alunos de medicina, de engenharia...
Não seja um imbecil, não seja um ignorante
Não se importe com a origem ou a cor do seu semelhante
O quê que importa se ele é nordestino e você não?
O quê que importa se ele é preto e você branco?
Aliás, branco no Brasil é difícil
Porque no Brasil somos todos mestiços
Se você discorda, então olhe para trás
Olhe a nossa história, os nossos ancestrais
O Brasil colonial não era igual a Portugal
A raiz do meu país era multirracial
Tinha índio, branco, amarelo, preto
Nascemos da mistura, então por que o preconceito?
Barrigas cresceram, o tempo passou
Nasceram os brasileiros, cada um com a sua cor
Uns com a pele clara, outros mais escura
Máximo respeito por todas as culturas!
Então presta atenção nessa sua babaquice
Pois como eu já disse: racismo é burrice
Dê a ignorância um ponto final
Faça uma lavagem cerebral
Quando você for dar um rolezinho nos restaurantes
Ou nas baladas mais caras do Brasil
Dá uma olhada em quem tá te servindo
E quem tá se divertindo
Olha pra cor da pele...
Negro e nordestino constroem seu chão

Trabalhador da construção civil conhecido como peão
No Brasil, o mesmo negro que constrói o seu apartamento
Ou que lava o chão de uma delegacia
É revistado e humilhado por um guarda nojento
Que ainda recebe o salário e o pão de cada dia
Graças ao negro e ao nordestino e todos nós
Pagamos homens que pensam que ser humilhado não dói
O preconceito é uma coisa sem sentido
Tire a burrice do peito e me dê ouvidos
Me responda se você discriminaria
Um sujeito com a cara do Jair Messias?
Não, você não faria isso não
Você aprendeu que o preto é ladrão
Muitos negros roubam, mas muitos são roubados
E cuidado com esse branco aí parado do seu lado
Porque se ele passa fome, sabe como é
Ele rouba e mata um homem
Seja você ou seja o Pelé
Você e o Pelé morreriam igual
Então que morra o preconceito e viva a união racial
Eu quero ver essa música você aprender
E fazer a lavagem cerebral
A população carcerária no Brasil
Dá uma olhada pra saber qual é a cor
E entre a polícia que mais mata e mais morre no Brasil
Veja também qual é a cor do soldado
Aquele que oprime também é oprimido
O racismo é burrice mas o mais burro não é o racista
É o que pensa que o racismo não existe
O pior cego é o que não quer ver
E o racismo está dentro de você
Porque o racista na verdade é um tremendo babaca
Que assimila os preconceitos porque tem cabeça fraca
E desde sempre não para pra pensar
Nos conceitos que a sociedade insiste em lhe ensinar
E de pai pra filho o racismo passa

Em forma de piadas que teriam bem mais graça
Se não fossem o retrato da nossa ignorância
Transmitindo a discriminação desde a infância
E o que as crianças aprendem brincando
É nada mais nada menos do que a estupidez se propagando
Qualquer tipo de racismo não se justifica, ninguém explica
Precisamos da lavagem cerebral
Pra acabar com esse lixo que é uma herança cultural
Todo mundo é racista não sabe a razão
Então eu digo, meu irmão
Seja do povão ou da elite, não participe
Pois como eu já disse: racismo é burrice
Se você é mais um burro, não, não é normal
É hora de acabar com esse racismo estrutural
E isso é compromisso seu, é compromisso da gente
A gente muda o mundo na mudança da mente
E aí você se incomoda quando dizem: vidas negras importam
E você diz: todas as vidas importam
Todas as vidas importam sim, mas é a vida negra que tá morrendo
Por conta da sua cor
É aquele que é revistado quando sai de casa, que tem medo
É aquele que quando entra no supermercado
Ou quando entra numa loja
Os seguranças ficam de olho por conta da sua cor
A cor da pele define se uma pessoa vai ter emprego
Se ela vai andar com calma ou se ela vai ser perseguida...
Vidas negras importam
Porque são as vidas negras
Que estatisticamente estão sendo perdidas no Brasil
Detonautas
Tamo junto”
Fonte: Musixmatch

Olhares e vivências dos estudantes do 2º ano do ensino médio sobre as relações étnico-raciais e racismo numa escola pública estadual de Pernambuco.

Questionário

Turma: 2º ano - Ensino Médio

1- Data de nascimento:

*** Exemplo: 7 de janeiro de 2019**

2- Qual a sua cor/raça? *** Marcar apenas uma alternativa**

- () Branca
- () Parda
- () Preta
- () Amarela
- () Indígena
- () Sem declaração

3) Qual a sua Religião?

4) Qual a sua principal atividade de lazer?

5) Quais os gêneros de leitura preferidos? **Marque todas que se aplicam.**

- () Poesia
- () Romance
- () Científico
- () Suspense
- () Drama
- () Ficção
- () Contos
- () Crônicas
- () Memórias
- () História em quadrinho
- () Biografias
- () Clássicos
- () Religioso

- Ação
- Outros

6) Você é a favor de Cotas Raciais para ingresso no Ensino Superior? **Marcar apenas uma alternativa**

- Sim
- Não
- Não quero responder

7) Você já sofreu algum tipo de discriminação racial? Marcar apenas uma alternativa.

- Sim
- Não (**pule para a questão 9**)
- Não quero responder (**pule para a questão 9**)

8) Qual tipo de discriminação racial?

9) Você acha que o/a brasileiro/a é racista? **Marcar apenas uma alternativa.**

- Sim
- Não
- Não sei

10) Você se considera racista? **Marcar apenas uma alternativa**

- Sim
- Não
- Não sei
- Não quero responder

11) Você acha que os/as negros(as) no Brasil possuem as mesmas oportunidades que os/as brancos/as? **Marcar apenas uma alternativa.**

- Sim
- Não
- Não sei
- Não quero responder

12) Qual a sua opinião a respeito de ter negros/as aparecendo nos meios de comunicação em posição de destaque? **Marcar apenas uma alternativa.**

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo
- Não sei
- Não quero responder

13) Você concorda que todas as pessoas, independente da cor, cultura, raça, gênero e orientação sexual, devem ter oportunidades iguais na sociedade? **Marcar apenas uma alternativa.**

- Sim
- Não
- Não sei
- Não quero responder

14) Você já percebeu algum comportamento racista na escola em que estuda? **Marcar apenas uma alternativa**

- Sim
- Não
- Não sei
- Não quero responder

15) Qual situação de racismo ou qualquer outro tipo de discriminação e preconceito você já percebeu na escola em que você estuda? **Relate como aconteceu.**

16) Você concorda que os meios de comunicação como: tv, rádio e redes sociais (Instagram, FaceBook, TIK TOK e outros) contribuem, por meio de seus programas e postagens, para

que haja mais respeito e menos violência entre todos os indivíduos que compõem a sociedade? **Marcar apenas uma alternativa.**

- Sim
- Não
- Não sei
- Não quero responder

17) Qual sua opinião a respeito das redes sociais?



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Neste ato, eu, _____,
 nacionalidade _____, estado civil _____, portador da Cédula de
 Identidade nº. _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____,
 residente na(o) _____,
 município de _____, Estado de Pernambuco, responsável pelo(a)

menor _____, AUTORIZO o uso de imagem e voz do(a) mesmo(a) para fins exclusivamente acadêmicos, relativo ao Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado da professora Ana Carla Andrade Teixeira, Identidade nº _____ vinculado **ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO- FUNDAJ)**, para exibição e divulgação das produções audiovisuais a serem realizadas nas atividades do projeto de intervenção pedagógica: **“Olhares e vivências dos estudantes do 2º ano do ensino médio sobre as relações étnico-raciais e racismo numa escola pública estadual de Pernambuco”**, em todos os canais midiáticos. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso em todo território nacional e no exterior. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem do(a) adolescente ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Paulista, ____ de _____ de 2022.

 Assinatura do(a) responsável legal

 Assinatura do professor orientador

 Assinatura do orientando